

Título do projeto: Estudo Analítico das Utilizações dos Resultados Oriundos de Avaliações Externas no Âmbito Municipal

Vinculado ao Projeto “*Bons Resultados no Ideb: Estudo exploratório de fatores explicativos*”.

Aluno: Maria Helena de Aguiar Bravo (FEUSP/ Pedagogia)

Programa: PIC/FEUSP

Orientador: Professor Dr. Ocimar Munhoz Alavarse

Resumo:

Neste artigo tem-se por objetivo analisar a necessidade de implementação de avaliações externas desenvolvidas em âmbito municipal, bem como a utilização dos resultados provindos dessas avaliações. Este estudo abarca nove municípios selecionados da amostra da pesquisa: “Bons resultados no Ideb: Estudo exploratório de fatores explicativos”. Inicialmente, apresentam-se as principais características socioeconômicas, culturais, políticas e educacionais do município, e as ações referentes à avaliação de aprendizagem. Por fim, analisam-se os possíveis desdobramentos dessa política à luz da bibliografia produzida na área.

Palavras chaves: política educacional; avaliações externas; uso de resultados.

Introdução

A base desse trabalho é a pesquisa nacional intitulada “Bons resultados no Ideb: estudo exploratório de fatores explicativos”, desenvolvida, a partir de 2009, por pesquisadores da Universidade de São Paulo, da Universidade Estadual do Ceará e da Universidade Federal da Grande Dourados - MS. Tal pesquisa abarcou quarenta municípios, dos quais vinte se encontram no estado de São Paulo, dez no estado do Ceará e dez no estado do Mato Grosso do Sul.

O Ideb, de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Nacionais Anísio Teixeira (Inep), sintetiza, em um só indicador, dados de fluxo escolar, mediante taxas de aprovação e o desempenho dos alunos na Prova Brasil, em Língua Portuguesa e Matemática, criado em 2007 para monitoramento e medição do progresso dos programas em relação aos resultados e metas fixadas.

Partindo dos dados do Ideb entre 2005 e 2007, nos anos iniciais do ensino fundamental, a pesquisa nacional pretendeu investigar fatores da política educacional que explicam o desempenho dos municípios com mais de mil matrículas nas redes municipais e que se destacaram dentre as demais nesses estados, ou por terem maiores pontuações ou por apresentarem maiores variações.

Neste artigo propõe-se uma análise da política educacional municipal de nove municípios do estado de São Paulo que, no momento da visita a campo, apresentavam avaliações externas próprias como políticas de acompanhamento da educação municipal.

1 Projeto e Procedimento

Atualmente observa-se uma série de problemas educacionais desencadeados por transformações ocorridas com a ampliação do ensino fundamental. Para solucionar tais problemas, é necessária a participação de todos os envolvidos no processo educacional e da ampliação do número de concluintes. O grande alcance do ensino fundamental, coloca-o, para a educação brasileira, como um desafio em termos de qualidade de educação que deve apoiar-se em, pelo menos, um padrão mínimo que conduza a um bom desempenho nas avaliações externas.

O monitoramento dos resultados educacionais, baseado nas avaliações externas criadas em âmbito governamental, pode contribuir para conduzir as políticas públicas em favor da melhoria da qualidade da educação. Considerando o Ideb um indicador válido no que se refere à variável de desempenho dos alunos, nesta pesquisa procura-se compreender iniciativas de políticas educacionais que tenham evidenciado potencial de melhoria no Ideb e analisar o conjunto de iniciativas identificadas, buscando apreender características comuns que possam subsidiar a formulação de políticas para a educação básica.

Este projeto, então, se propõe a contribuir com a pesquisa nacional mencionada acima, buscando identificar e analisar os programas e/ou iniciativas implementadas por Secretarias de Educação Municipais, após a divulgação de resultados de avaliações externas que visam à melhoria do desempenho dos alunos e aumento da aprovação.

Para tal, a pesquisa foi desenvolvida por meio de coletas dos dados socioeconômicos dos municípios, documentos que descrevam iniciativas de políticas educacionais, telefonemas, correspondências e e-mails e, posteriormente, pesquisa de campo. Foram elaborados instrumentos simplificados de entrevistas que abarcaram os seguintes envolvidos no processo de implementação da política educacional nos municípios e nas escolas:

- Secretário de Educação
- Técnicos da Secretária (responsáveis pelos principais processos de implementação da política)
- Um diretor de escola.
- Um coordenador pedagógico de escola.

2 Caracterização dos Municípios e Avaliações Externas

2.1 Barrinha

O município paulista de Barrinha está localizado a 360 km da capital do estado e a 44 km de Ribeirão Preto. Tem 144 km² e é banhado pelo Rio Mogi-Guaçu. O Perfil Municipal de Barrinha para o ano 2000 indica população total de 24.207 habitantes, distribuídos da seguinte forma: 23.944 habitantes na área urbana e apenas 263 na área rural, sendo 11.926 o número de mulheres e 12.281, o de homens (Fonte: Ministério das Cidades). A densidade demográfica do município neste mesmo ano é de 165,17 hab/km² (Fonte: IBGE/Sidra).

De acordo com dados do DATASUS para o ano de 2009, a divisão etária deste município desenha uma pirâmide cuja concentração populacional está na faixa de 20 a 29 anos (5.367 hab.), demonstrando queda numérica mais drástica a partir dos 70 anos (864 hab.). A população de 5 a 9 anos é formada por 2.589 habitantes, e a de 10 a 14 por 2370 habitantes.

Quanto ao IDHM, o município cresceu de 0,725 em 1991 para 0,766 em 2000 – índice inferior ao do estado de São Paulo (cujo IDH é 0,820) e igual ao do país (0,766) (IPEADATA). Na medição da Fundação Seade para o IPRS, Barrinha faz parte do grupo de municípios com baixos níveis de riqueza e nível intermediário de longevidade e/ou escolaridade.

Em Barrinha, 98,43% da população vivem na cidade, segundo dados do Ministério das Cidades para o ano de 2000. Os 6.423 domicílios particulares

permanentes (IBGE, 2000) apresentam bons níveis de infraestrutura, com atendimento percentual de: 97,7% para coleta de lixo; 98% para abastecimento de água por rede geral; e 97,6% para esgoto sanitário por rede geral. (DATASUS, 2000).

O registro do PIB per capita de Barrinha para 2002 foi, segundo o IBGE, de R\$ 5.631,00. O percentual de participação deste município no PIB no estado de São Paulo foi de 0,026% em 2006. (SEADE).

2.1.1 Regulamentação e grau de institucionalidade da rede

Na Lei Orgânica do Município (LOM), aprovada em 05 de Abril de 1990, há uma seção dedicada à educação que, em seu primeiro artigo, determina:

Artigo 163 – O poder público organizará o Sistema Municipal de Ensino, com base nos princípios estabelecidos no artigo 205 e seguintes, da Constituição Federal.

Entretanto, não foi fornecido nenhum documento ou legislação que comprove a instituição deste Sistema. A rede municipal de Barrinha é ainda vinculada à Diretoria de Ensino de Sertãozinho, o município vizinho, que co-assina alguns documentos com a Secretaria de Educação de Barrinha.

O Plano Municipal de Educação (PME), instituído pela lei nº 1.741, de 17 de novembro de 2003, treze anos depois, faz jus ao estabelecido no artigo 168 da LOM, que trata de sua existência.

O artigo abaixo explicita a importância que o município dá à articulação com as outras esferas da administração pública para garantir uma educação de qualidade.

O Plano deve, sobretudo, refletir a articulação necessária com os planos plurianuais da União e do Estado, de modo a garantir a progressiva realização dos objetivos e prioridades estabelecidos no Plano Nacional de Educação, a partir do diagnóstico da realidade local. (PME, 2003, p. 3)

O documento aponta ainda a preocupação com o fortalecimento do Sistema Municipal de Educação, expresso por meio do objetivo de “Contribuir com a normatização e regulamentação do Sistema Municipal de Ensino”. (PME, 2003: 3)

O Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, doravante denominado de Estatuto do Magistério, instituído pela lei nº 1.836, de 5 de outubro de 2005, faz jus ao estabelecido no artigo 171 da LOM, que trata de sua existência e utilidade. Este documento será analisado, mais detalhadamente, quando o relatório tratar das condições de trabalho dos profissionais da educação de Barrinha.

Há também um Regimento Escolar comum a todas as escolas municipais de Ensino Fundamental, elaborado no ano de 2008, em que fica instituída a existência e delineadas as funções de dois Conselhos: Conselho de Classe (CC) e Conselho de Escola (CE), cujas reuniões devem ocorrer, no mínimo, bimestralmente.

Já a existência do Conselho Municipal de Educação (CME) é determinada pelo artigo 169 da LOM:

Artigo 169 – O Conselho Municipal de Educação é órgão normativo e deliberativo do Sistema de Educação Municipal e terá suas atribuições, organização e composição, definidas em lei.

§ único – Na composição do Conselho Municipal de Educação, fica assegurada a participação de: até dois representantes de pais; até dois representantes da classe estudantil; até dois representantes da classe de professores; até dois representantes do Poder Legislativo Municipal e até dois representantes do Departamento Municipal de Educação.

Entretanto, não nos foram fornecidos documentos que comprovem o funcionamento ou instituição deste Conselho. As entrevistas não trazem informações sobre o assunto.

2.1.2 Acompanhamento e avaliação da aprendizagem

Em 2005 foi instalado o Sistema de Avaliação do Ensino Fundamental (Saef), objetivo que já constava no Plano Municipal de Educação. Este sistema avaliativo consiste em uma prova que a Secretaria de Educação aplica ao final do ano letivo. Segundo a secretaria, a elaboração desta prova conta com a participação docente:

Os professores mandam contribuições de perguntas. Pedimos 30 questões por escola, por ano e por disciplina. E aí nós selecionamos as que são mais pertinentes ao ano tendo como base o 4º bimestre, e tendo como base o planejamento anual que está aqui conosco. (Secretária de Educação em Exercício, entrevista em 23/10/2009)

A diretora afirma que os resultados das provas são utilizados para verificar tanto o desempenho do aluno, quanto o trabalho do professor.

[...] nós temos sistematização de avaliações no município. E na escola o que quer dizer isso? O município faz uma provinha todo final de ano com todos os alunos da rede. Eles mandam para as escolas [as provas], o pessoal aplica e a gente faz o levantamento se as metas foram atingidas ou não com os professores. Também há esse acompanhamento das faltas dos professores. Não há faltas na nossa escola e se há faltas substituímos o professor por um estagiário. (Diretora, entrevista em 23/10/2009)

Segundo a coordenadora pedagógica, a secretaria dá orientações para as escolas a fim de ajudar os professores a compreenderem os resultados das provas aplicadas. Além destas orientações, os resultados são trabalhados durante os HTPC.

Recebemos [orientações da secretaria], tanto que além das orientações, nós tínhamos um HTPC para estudar os resultados. E aí, nós recebemos [informações da Secretaria de] como analisar. Foi passo a passo. Elas mostraram [os resultados] de outras escolas também (Coordenadora Pedagógica, entrevista em 23/10/2009)

O acompanhamento da aprendizagem dos alunos (inclusive daqueles matriculados na educação infantil) também é feita de forma indireta, pelo acompanhamento do trabalho dos profissionais da educação:

Estamos ali com eles todos os dias fazendo chamada oral de diretor, de professor... Perguntando se eles estão fazendo a lição de casa. Nunca que a gente passa um dia sem ligar para uma escola e cobrar alguma coisa, pedir alguma coisa. Nós temos cinco assessores pedagógicos que acompanham os coordenadores em reuniões quinzenais [e querem] saber se eles estão vistando caderno do professor, olham ficha de sondagem... Que aqui o professor tem que preparar a aula com antecedência de uma semana e ele só dá aula depois que o coordenador falar: 'Olha está ótima a tua aula' (Secretária Municipal de Educação em Exercício, entrevista em 23/10/2009)

Esse processo intensivo de acompanhamento é confirmado pela diretora entrevistada:

O município faz uma provinha todo final de ano com todos os alunos da rede e a gente faz o levantamento se as metas foram atingidas ou não [...]. Nós [também] temos fichas de acompanhamento individual de aluno... (Diretora de escola, entrevista em 23/10/2009)

E a coordenadora detalha como essa avaliação da aprendizagem ocorre e como ela é usada para o estabelecimento de metas de aprendizagem dos alunos:

Primeiro nós temos várias planilhas e sondagens, [que] são feitas trimestralmente. Também tem uma fichinha que é um mapa da sala falando aonde ele [aluno] evoluiu, o que ele já aprendeu, o que ele deixou de aprender, o que ainda tem dificuldade [...] e já forma um gráfico [...] Fora as avaliaçõeszinhas que a gente tem e vou marcando mensalmente a evolução: tantos prés [silábicos] para agora, quantos no mês que vem e assim a gente vai acompanhando esse nível de aprendizagem. (Coordenadora Pedagógica, entrevista em 23/10/2009)

2.2 Cajuru

O município situa-se no nordeste paulista, a 360 km da capital e a 58 km de Ribeirão Preto. O Perfil Municipal de Cajuru para o ano 2000 indica população total de 20.777 habitantes, distribuídos da seguinte forma: 18.401 habitantes na área urbana e apenas 2.376 na área rural, sendo 10.244 o número de mulheres e 10.533, o de homens (Fonte: Ministério das Cidades). A densidade demográfica do município neste mesmo ano é de 31,44 hab/km² (Fonte: IBGE/Sidra).

De acordo com dados do DATASUS para o ano de 2009, a divisão etária deste município desenha uma pirâmide cuja concentração populacional está na faixa de 20 a 29 anos (4.235 hab.), demonstrando queda numérica mais drástica a partir dos 60 anos (2.464 hab.). A população de 5 a 9 anos é formada por 2.034 habitantes, e a de 10 a 14 por 1.967.

Quanto ao IDHM, o município cresceu de 0,725 em 1991 para 0,783 em 2000 – índice inferior ao do estado de São Paulo, cujo IDH é 0,820 e superior ao do país (0,766) (IPEADATA). Na medição da Fundação Seade para o IPRS, Cajuru faz parte do grupo de municípios que apresentam baixos níveis de riqueza e nível intermediário de longevidade e/ou escolaridade.

Em Cajuru, 88,6% da população vivem na cidade, segundo dados do Ministério das Cidades para o ano de 2000. Os 5.618 domicílios particulares permanentes (IBGE, 2000) apresentam os seguintes níveis de infraestrutura: atendimento percentual de 91,3 para coleta de lixo; 88,4 para abastecimento de água; e 80,5 para esgoto sanitário. (DATASUS, 2000)

O registro do PIB per capita de Cajuru para 2002 foi, segundo o IBGE, de 5.854 reais correntes. O percentual de participação deste município no PIB do estado de São Paulo foi de 0,027738% em 2006. (SEADE).

2.2.1 Regulamentação e grau de institucionalidade da rede

O município de Cajuru não possui um Sistema Municipal de Ensino, sendo sua rede educacional subordinada à Diretoria Regional de Ensino de Ribeirão Preto.

O processo de municipalização do ensino do município, iniciado em 2002, passou por momentos de resistência, conforme afirmação da técnica da secretaria: “Cajuru tem uma história muito particular de municipalização. Três vereadores votaram contra, mas a prefeita municipalizou por liminar judicial.”

A municipalização, portanto, foi imposta, gerando resistência em toda a rede. Muitos professores eram contra esse processo e a própria equipe atual da

Secretaria da Educação compunha o grupo de resistência a esse movimento. Esse foi um momento de desconforto e descontentamento na rede, segundo a técnica da Secretaria. De acordo com a Secretaria de Educação, hoje já não há mais resistência à municipalização.

Quem está administrando está mais próximo, está vendo a realidade e a necessidade. É diferente de ter alguém lá na capital administrando aqui. É lógico que o prefeito está próximo da comunidade. O pai que está próximo sabe onde bate. (Secretária de Educação, entrevista em 20/10/2009)

As escolas do município contam com trinta e seis professores da rede estadual. Segundo a secretária, “embora muitos prefeitos da região tenham decidido devolvê-los isso não ocorreu. A gente ficou com eles, porque eles são excelentes.”

O Conselho Municipal de Educação foi criado em 10 de outubro de 1995, pela lei nº. 1200. Este Conselho é constituído pelo Prefeito Municipal e/ou a Secretaria Municipal de Educação, um Supervisor de Ensino (representante da Secretaria de Estado da Educação indicado pelo Delegado de Ensino), um representante dos Diretores de Escola, um representante dos professores, um representante dos secretários de escola e um representante dos pais de alunos. Além disso, há a participação de três a cinco representantes de segmentos atuantes da sociedade.

Compete ao Conselho Municipal de Educação de Cajuru, entre outros itens previstos em lei, fixar diretrizes para a organização do sistema municipal de ensino, exercer competências próprias do poder público estadual em matéria educacional (por delegação), propor critérios para o funcionamento dos serviços escolares de apoio ao educando e pronunciar-se no tocante à instalação e funcionamento de estabelecimentos de ensino de todos os níveis situados no Município.

As entrevistas não fazem referência ao Plano Municipal de Educação (PME). A lei que cria o Conselho Municipal de Educação afirma que compete a este órgão colaborar com o poder público municipal na elaboração do PME.

A Lei Complementar Nº 031, de 09 de novembro de 2007, instituiu o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público de Cajuru com o objetivo de valorização dos seus profissionais, de acordo com as necessidades e diretrizes do seu Sistema Municipal de Ensino.

2.2.2. Acompanhamento e avaliação da aprendizagem

Os relatórios e gráficos produzidos pelo Núcleo de Apoio à Municipalização do Ensino (NAME) em suas visitas bimestrais às escolas são usados para o acompanhamento e avaliação da aprendizagem. A equipe da Secretaria e os gestores utilizam esses instrumentos para traçar o perfil de desenvolvimento da aprendizagem dos alunos e, a partir deles, percebem quais necessitam de reforço no contraturno.

Eles nos reúnem e mostram [o resultado da análise] [...] Então eles falam: o acompanhamento, ela [a professora] aceitou a sugestão, ela fez aquilo lá, o aluno melhorou. Então eles sabem se melhorou ou não, e a gente sabe também, entendeu? (Secretária de Educação, entrevista em 20/10/2009)

No 2º campo da pesquisa, a equipe da Secretaria informou que o NAME faz o acompanhamento e dá sugestões de ações, inclusive individualizadas para as crianças. De acordo com ela, o reforço é realizado nas escolas e nos projetos, como o PAI, por exemplo. O PAI é o centro educacional onde funciona o projeto da promoção social. Cadastram-se as crianças das escolas municipais para o reforço junto com as crianças do PAI. Vale lembrar, segundo elas, que o PAI é um projeto da prefeitura para as crianças de risco (pais que trabalham, geralmente no corte de cana, na lavoura). Tais crianças ficam neste espaço enquanto os pais trabalham. Os alunos da rede municipal que precisam de reforço no contraturno, e também possuem características de risco, ficam no projeto. Os que não são indicados pela escola, se inscrevem diretamente no projeto social.

A secretária de educação de Cajuru afirma que os resultados da Prova Brasil e do Ideb são utilizados para o acompanhamento do desempenho das escolas e para a análise de suas necessidades educacionais.

Os professores da rede também aplicam provas junto aos alunos, com o intuito de avaliar a aprendizagem. As provas não são padronizadas e os resultados são entregues à Secretaria, para que esta os analise. A partir desse levantamento de resultados, são decididos os encaminhamentos a serem tomados.

Depois a gente chama o professor, mostra para ele o gráfico. Eles já ficam esperando, e aí a gente conversa com eles. O que precisa melhorar, o que está deixando a desejar. (Supervisora de Ensino, entrevista em 20/10/2009)

No 2º campo da pesquisa, a equipe da Secretaria afirmou que o NAME não interfere na elaboração das avaliações dos professores para os alunos. Acrescentou ainda, que a secretaria reproduz o material para os professores que precisarem.

A equipe também informou que o 2º semestre de 2009 foi voltado para a Prova Brasil. Entretanto, o município não produziu nenhum documento sobre o resultado em 2009, pois não há na Secretaria uma pessoa específica para cuidar das avaliações e análise dos resultados. Além disso, a supervisora disse que há um treinamento dos alunos para as provas de sistema. Reafirmou que o município realiza uma avaliação própria dos alunos, de caráter diagnóstico.

Utilizamos a Prova Brasil. A gente aderiu ao Saresp também. A gente nunca espera chegar o dia da Prova Brasil. Tem um treinamento muito grande. A própria rede faz uma avaliação. O que o NAME disponibiliza como sugestão, é aplicado. Eles [os alunos] já estão acostumados a serem avaliados. Isso foi trabalhado no município com os alunos. Em março já começam a ser avaliados, a gente pega modelos anteriores e cria outros também, independente do professor. Eles sabem que a Secretaria está avaliando. As avaliações são elaboradas pela equipe da secretaria. (Supervisora de ensino, entrevista em 13/12/2010)

De acordo com a coordenadora pedagógica da Secretaria, o acompanhamento das dificuldades das salas é intenso. Toda a equipe sabe quais são os maiores problemas nas escolas e se empenham em solucioná-los.

Na sala tal precisa fazer isso, o aluno tal precisa disso e o coordenador passa sugestão para aquele professor. A gente passa para o coordenador e o diretor das escolas. (Secretária de Educação, entrevista em 20/10/2009)

Outro projeto importante para fortalecer a aprendizagem é o realizado por uma Técnica de Acompanhamento da Evasão, também chamada de Educadora Social. A técnica entrevistada foi convidada pela Secretaria de Educação para trabalhar no projeto que visava, primeiramente, a evitar a evasão escolar. Consiste em visitas às famílias das crianças com dificuldades de aprendizagem ou outras dificuldades. De acordo com ela, o apoio dado à família, favorece a aprendizagem das crianças.

No início foi exatamente para isso, para evitar evasão escolar. E depois... Eu comecei em abril e conforme eu fui desenvolvendo meu trabalho a gente foi também entrando na questão das crianças que vão para a escola, mas não tem um bom desempenho. E aí a gente sente que esse mau desempenho escolar vem da família, então aí o que eu faço? A gente vai na casa, a gente faz a vista, se é um caso mais grave a gente vai para a Assistência Social, para tentar fazer um trabalho naquela família, para reverter a história daquela criança na escola, para que ele vá ter condição de aprendizagem. (Técnica de Acompanhamento da Evasão, entrevista em 20/10/2009)

Nos casos em que a criança vêm apresentando baixo desempenho, faz-se a primeira visita para detectar se a criança está passando por algum problema familiar que possa influenciar seu desempenho escolar. Quando não é detectado nenhum problema nesse sentido e percebe-se que são outros motivos que as levam ao baixo desempenho, as crianças são encaminhadas para tratamento psicológico, fonoaudiológico e pedagógico. Estes tratamentos, segundo a técnica, vêm dando resultados extremamente positivos.

Aqui era tudo uma sala da Secretaria da Educação e a gente percebeu também a necessidade de o aluno ser acompanhado pelo psicopedagogo, fonoaudiólogo e

psicólogo. Então [agora há tais profissionais] na rede. (Secretária de Educação, entrevista em 20/10/2009)

Foi criado o atendimento com fonoaudiólogo, psicólogo e pedagogo, que está sendo muito bom também. Desde que começou está tendo um resultado muito bom. (Técnica de Acompanhamento de Evasão, entrevista em 20/10/2009)

No 2º campo da pesquisa, a equipe da Secretaria de Educação informou que os critérios e procedimentos para o encaminhamento dos alunos aos profissionais acima citados passam pela detecção da dificuldade de aprendizagem pelo professor que envia o aluno para o coordenador pedagógico que realiza a sondagem. Em seguida, passa pelo fonoaudiólogo e depois, vai para o psicólogo. De acordo com a equipe, antigamente esses profissionais iam para a escola dar capacitação para os professores, porém, essa medida não resolveu os problemas apresentados, daí o atendimento acontecer diretamente, hoje, na Secretaria.

Anteriormente esses profissionais iam à escola dar orientação para os professores. Mas isso não nos dava uma visualização da ação do profissional: o que influenciava na realidade do aluno. Agora o atendimento é aqui, com começo, meio e fim. Você vê a superação do aluno, quando a gente dá alta pra ele. Antes, as profissionais orientavam os professores, mas não acompanhavam a criança, quem acompanhava era o professor... Nitidamente o que a gente viu: que aqui, centralizado, com registro no portfólio, a gente vê passo a passo o avanço das crianças. (Secretária de Educação, entrevista em 13/12/2010)

Os pais participam e, segundo a supervisora, devem se comprometer em trazer a criança para as sessões com esses profissionais e acompanhá-las.

Como dito anteriormente, de acordo com as entrevistadas, a avaliação da aprendizagem das crianças é realizada desde o Jardim II e, quando necessário, as mesmas são encaminhadas para os psicopedagogos e outros profissionais.

As entrevistadas também disseram que o cargo de educador social foi transformado em ouvidor. De acordo com a secretária, esse cargo é

concurado e a pessoa vai a todas as casas onde os alunos faltam ou há problemas que afetam a vida da criança na escola.

Quando as crianças faltam muito, convidam-se os pais para vir às escolas. E quando não vem, o ouvidor vai atrás. Nós temos uma ouvidoria da educação. Mudou de educador social para ouvidor. É um cargo só, como a moça foi conselheira tutelar e é muito experiente, ela faz a ligação da educação com a saúde. Ela vai a casa do aluno que falta. Num primeiro momento ela assunta ali qual é o problema. Ela vê se o problema é de relacionamento, de alcoolismo, drogas, saúde. Ela chega aqui e diz: “O problema lá é saúde”. Encaminha. Já houve problema até do pai ser alcoólatra e a gente encaminhar o pai. O cargo agora é por concurso. Ela vai a todas as casas. Por exemplo, um aluno falta três dias, a diretora comunica a ela: “olha, precisa ir atrás”. As diretoras aqui conhecem as famílias, porém, é o ouvidor que vai atrás. (Secretária de Educação, entrevista em 13/12/2010)

Os alunos aqui não faltam muito. Geralmente, quando faltam, está relacionado a problemas com os pais. (Supervisora de Ensino, entrevista em 13/12/2010)

Para o atendimento com o fonoaudiólogo, psicólogo ou psicopedagogo, há um cartão de consulta e uma espécie de ficha médica de acompanhamento da criança. As consultas duram cerca de quarenta minutos. De acordo com a secretária, as crianças são substituídas no atendimento caso falem mais de três vezes. Entretanto, há uma conversa anterior com os pais e, em alguns casos, a própria escola assume a responsabilidade de trazer a criança. A entrevistada descreve as situações:

Faltou mais de três vezes, a criança é substituída. Os pais são chamados aqui. A gente vai atrás. É um trabalho árduo. Tem criança que o pai não se incomoda. Tem casos que a escola assumiu completamente. Teve caso de autista que houve muita dificuldade da inclusão dele. Os pais tinham uma resistência muito grande. Colocamos dois professores para atender o aluno em sala de aula. A gente não desiste não. (Secretária de Educação, entrevista em 13/12/2010)

Em relação aos alunos com necessidades especiais, a supervisora afirmou que

[...] os alunos mais graves ficam na APAE. Cadeirantes, por exemplo, ficam na APAE. Nós temos os alunos com autismo, síndrome de *down*, problemas de visão... totalmente cego não. Tem uma criança que usa uma lente de aumento, com os materiais adaptados. Ela frequenta uma entidade em Ribeirão Preto, que a gente leva. (Supervisora de Ensino, entrevista em 13/12/2010)

2.3 Catanduva

Catanduva está localizada a cerca de 390 km da capital, na região administrativa de São José do Rio Preto. O Perfil Municipal de Catanduva para o ano 2000 indica população total de 105.847 habitantes, distribuídos da seguinte forma: 104.268 habitantes na área urbana e apenas 1.579 na área rural, sendo 53.978 o número de mulheres e 51.869, o de homens (Fonte: Ministério das Cidades). A densidade demográfica do município neste mesmo ano é de 361,99 hab/km² (Fonte: IBGE/Sidra).

De acordo com dados do DATASUS, para o ano de 2009, a divisão etária deste município desenha uma pirâmide cuja concentração populacional está na faixa de 20 a 29 anos (19.418 hab.), demonstrando queda numérica mais drástica a partir dos 60 anos (8.422 hab.). A população de 5 a 9 anos é formada por 7.729 habitantes, e a de 10 a 14 por 7.723.

Quanto ao IDHM, o município cresceu de 0,787 em 1991 para 0,833 em 2000 – índice superior ao do estado de São Paulo, cujo IDH é 0,820, e ao do país (0,766) (IPEADATA). Na medição da Fundação Seade para o IPRS, Catanduva faz parte do grupo de municípios com nível elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais.

Em Catanduva 98,5% da população vivem na zona urbana, segundo dados do Ministério das Cidades para o ano de 2000. Os 31.447 domicílios particulares permanentes (IBGE, 2000) apresentam bons níveis de infraestrutura, com atendimento percentual de 98,3 para coleta de lixo; 95,6 para abastecimento de água; e 95 para esgoto sanitário. (DATASUS, 2000)

O registro do PIB per capita de Catanduva para 2002 foi, segundo o IBGE, de 8.570 reais correntes. O percentual de participação deste município no PIB do estado de São Paulo foi de 0,213% em 2006. (SEADE).

2.3.1 Regulamentação e grau de institucionalidade da rede

Catanduva conta com um Sistema Municipal de Ensino instituído pela lei nº 2.953, de 04 de novembro de 1993. Os dois primeiros artigos tratam de sua organização e são importantes para a sua compreensão:

Artigo 1º - Fica criado o sistema municipal de educação municipal que abrange todos os níveis e modalidades de ensino, a partir de zero ano de idade.

Artigo 2º - Todas as unidades de ensino municipal passarão a denominar-se Centro Integrado de Educação Municipal – CIEM.

No Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 25 de setembro de 1998, quase cinco anos após a instituição do Sistema Municipal de Catanduva, é publicado o parecer do Conselho Estadual de Educação nº 510/98, que reconhece a instituição do sistema citado e coloca que suas atribuições poderão ser exercidas em parceria com a Secretaria de Estado da Educação.

A Lei Orgânica do Município (LOM), aprovada em 05 de Abril de 1990, fixa a necessidade de se ter um Conselho Municipal de Educação, a ser criado no máximo seis meses depois da LOM, cujas atribuições previstas eram as de elaborar um Sistema Municipal de Educação e auxiliar na elaboração do Plano Municipal de Educação (artigo 186).

Onze anos depois, foi publicada a Lei complementar nº 185, de 28 de Dezembro de 2001, que institui o plano de carreira dos profissionais da educação de Catanduva. Este plano está em consonância com o estabelecido no artigo 198 da LOM, que trata dos princípios de elaboração do Estatuto do Magistério Municipal.

O Conselho Municipal de Educação foi instituído pela lei nº 3.199, de 20 de maio de 1996, após a criação do Sistema de Ensino. Entre suas atribuições estão as de colaborar com a elaboração do Plano Municipal de Educação e aprovar convênios entre as esferas de poder público ou com o setor privado (artigo 3º). Na sua composição de membros também estão presentes um representante das escolas particulares de Educação Infantil de Catanduva e

um representante da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Catanduva (artigo 4º).

Para o ex-secretário de educação, o Conselho é um guardião de saberes sobre a política educacional e sobre a legislação:

O grande papel do conselho é a experiência acumulada frente aos desafios e aos problemas que a educação enfrenta. Então, você não tem como desconsiderar: primeiro essa experiência, segundo o know how também em questão de legislação e até de documentos que o conselho tem, possui e indica. Isso é fundamental. Todos os nossos projetos que na minha gestão foram implantados, sempre passaram pela discussão e é necessário passar pelo conselho e aprovação. Então, por exemplo, nós detectamos um problema sério de saúde, assim, com o acompanhamento da saúde das crianças da Educação Infantil, especialmente nos berçários. Nós fizemos o convenio com a Secretaria da Saúde para que os profissionais médicos fossem até a creche fazer o acompanhamento do crescimento dessas crianças: Peso, medida, alimentação adequada. Isso passava pelo conselho. Fomos um dos primeiros municípios a implantar a educação de nove anos na região. Onde começou a discussão? No Conselho Municipal. (Ex- secretário de Educação, entrevista em 25/09/09)

O município elaborou seu Plano Municipal de Educação no final do ano de 2009. O projeto foi enviado para a aprovação da câmara.

[...] o Plano Municipal de Educação está na fase de avaliação do Conselho Municipal de Educação, pra encaminhamento da câmara municipal pra aprovação. Então, o plano do município está vislumbrando todos os setores, desde a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, o EJA, e Educação Tecnológica, Educação à Distância, Ensino Profissionalizante, Ensino Superior fazendo toda essa análise, todos tem o levantamento histórico, as diretrizes e as metas estabelecidas. (Diretora do Departamento de Orientação Pedagógica de Catanduva, entrevista em 25/09/09)

Também há Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Em 2007 foi implementado o Sistema de Ensino Aprende Brasil (Sabe), em parceria com a Editora Positivo, que atende alunos e professores da Educação Infantil e do ensino fundamental, através da distribuição de material didático e capacitação docente.

Em 2008 foi instituído o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar de Catanduva (Saremca), por meio da Resolução nº 5 de 13 de Novembro de 2008. No preâmbulo já ficam especificados os motivos da formulação desta legislação:

- a necessidade de estabelecer uma política de avaliação de rendimento escolar no município, de forma articulada com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB/MEC;
- a imprescindibilidade de recuperar o padrão de qualidade do ensino ministrado no Município;
- a importância em subsidiar o processo de tomada de decisões que objetivem a melhoria da administração do sistema educacional através de resultados avaliativos apurados;
- a necessidade de informar a sociedade e a comunidade educacional sobre o desempenho do sistema de ensino;
- a necessidade da Secretaria Municipal de Educação e Unidades Escolares, de obterem resultados imediatos para tomada de decisões, em seus níveis de atuação (Resolução nº 5/2008, p. 1)

2.3.2. Acompanhamento e avaliação da aprendizagem

Como já foi mencionado, em 2008 foi criado um sistema próprio de avaliação do desempenho dos alunos, o Saremca, que abrange todas as etapas da educação básica atendidas pelo município: educação infantil, ensino fundamental regular e da educação de jovens e adultos (EJA) e ensino médio de EJA.

Artigo 2º - O Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do município de Catanduva abrangerá todas as escolas da rede municipal, contemplando:

I – todos os níveis da Educação Infantil nos seguintes âmbitos de experiência: Conhecimento do Mundo e Formação Pessoal e Social nos seus respectivos eixos.

II – todas as séries do Ensino Fundamental, nos seguintes componentes curriculares:

a) 1º e 2º anos – Língua Portuguesa

b) 3º e 4º anos e 4ª série – Língua Portuguesa, Produção de Texto, Matemática, Inglês e Educação Física.

c) 5ª a 8ª séries – Língua Portuguesa, Produção de Texto, Matemática, Ciências, História, Geografia, Inglês, Arte e Educação Física.

III – todos os termos do Ensino Fundamental da Educação de Jovens e Adultos nos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Produção de texto, Matemática, História, Geografia, Ciências, Inglês e Arte.

IV – todos os termos do Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos nos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Produção de Texto, Matemática, História, Geografia, Inglês, Arte, Química, Física, Biologia, Filosofia e Sociologia.

Ainda em 2008, houve aplicação da prova, entre os dias 24 de novembro e 05 de dezembro, junto a todos os alunos regularmente matriculados na rede municipal. De acordo com a resolução nº 6 de novembro de 2008:

- os resultados do Saremca irão compor o Idemca - Índice de Desenvolvimento da Educação do Município de Catanduva – que, enquanto indicador da qualidade de ensino, estabelece metas para cada escola e servirá para o acompanhamento de sua evolução pela equipe escolar e comunidade;
- os resultados dessa avaliação fornecerão indicadores para ações e projetos pedagógicos, e, especialmente para programas de formação continuada destinados aos educadores das diferentes escolas e níveis de ensino;
- avaliar o grau de desenvolvimento de competências e habilidades nos alunos da Rede Municipal ao longo da Educação Básica fornecerá referenciais importantes para o monitoramento da aprendizagem;
- devem ser asseguradas, às diferentes escolas, as condições necessárias para uma efetiva operacionalização desse processo (Resolução nº 6, de 14 de novembro de 2008).

A Lei complementar nº 390, de 20 de setembro de 2007 já estabelecia diretrizes e critérios para a realização de uma avaliação de rendimento e aproveitamento do aluno de cada série e/ou faixa etária, a partir dos sete meses de idade, a ocorrer ao final do 4º bimestre letivo, que deu origem ao SAREMCA.

Esse sistema foi inicialmente criado como um instrumento de diagnóstico e controle do desempenho dos alunos. Fazem parte da Comissão de Acompanhamento da Avaliação em cada unidade escolar professores, especialistas da educação e pais de alunos voluntários. A prova é aplicada uma vez ao ano e serve como base comparativa para os resultados da Prova Brasil.

O Saremca tem os mesmos moldes do Saresp, só que aqui, foi a minha parte na luta. Eu sempre lutei para que os profissionais do magistério participassem diretamente da montagem do material para se chegar à prova. Então, a primeira prova foi no ano passado, como foi a primeira experiência. A gente não tinha uma noção do tempo que a gente ia levar pra conseguir chegar ao produto final, pra estar aplicando para os alunos. [...] A gente tem uma preocupação muito grande, inclusive eu que sou o outro lado, da transparência desta prova. Então precisávamos de profissionais que não tinham contato com os alunos pra estar chegando num produto final. No início, esses profissionais que estão diretamente com o aluno, eles participam. Nós fizemos reuniões com cada disciplina, nós pegamos o que é trabalhado diretamente com o aluno, as questões que são cobradas nas avaliações ali deles; o conteúdo que é trabalhado ali e montamos um banco de questões. Primeiro a gente define o conteúdo, depois montamos o banco de questões e nessas reuniões a gente já aproveita pra discutir desempenho dos alunos. Porque dentro da cidade, e eu acredito que dentro de qualquer cidade deve ser assim, existe diferença de uma escola para outra. [...] Então a gente discute todos esses fatores nessas reuniões preliminares. Conteúdo, desempenho da criança e da escola, e monta o banco de questões. A partir do momento em que foi montado o banco de questões, este professor que está diretamente com a criança já não tem mais contato com a prova. Que é para ele evitar de falar assim: “ó, aqui teve um bom desempenho, mas o professor é que fez a prova de Saremca, então ele já deu as questões antes, não sei o que.” Então, pra não ter esse problema, a gente tira esse

profissional que está em sala de aula e monta-se uma comissão. Eu como não estou em sala de aula, não estou em contato direto com esses professores, então eu faço parte desse grupo. Os supervisores da Secretaria [participam] e às vezes convida-se alguém da diretoria de ensino. Pessoas de fora que tenham um conhecimento. [...] Mas pessoas que tenham um grande conhecimento de educação, que estejam ali intrinsecamente ligados à educação, mas que estejam afastados. Pra garantir que a prova seja bem elaborada. (Diretor do Sindicato, entrevista em 25/09/09)

A equipe da Secretaria de Educação reconhece que a qualidade dessa avaliação não foi muito boa, uma vez que foi a primeira edição e ainda não se sabia das dificuldades que seriam encontradas pelo caminho. Mas fica evidente, na fala da secretária, a importância para a rede da criação desse sistema de avaliação próprio.

[...] a avaliação não teve uma qualidade excelente, mas só de você estabelecer uma avaliação no infantil... Quando eu propus, falaram que “eu ia avaliar todo o bebê e o que eu queria avaliar no infantil? Olha o cocô do bebê...”. Foi muito criticado, mas a gente trabalhou para que todos se incorporassem, para que fosse todo o sindicato, comissão dos professores. Acho que eu cuidei mais do aquietamento da rede do que da avaliação em si, mas no final houve 98% de frequência, todos abraçaram, todos. E o infantil se sentiu valorizado, isso é muito bom. Se sentiu escola, sabe? Não é aquela creche que ninguém dá bola. Nós estamos engatinhando, mas esse é o primeiro engatinhado e isso é muito bom. (Secretária Municipal de Educação em Exercício, entrevista em 25/09/09)

O Saremca é bem visto pela diretora da escola visitada. Acredita ser “importante porque é preciso saber também, no nível de município, como está a educação, para que se trabalhe melhor. Para melhorar o que? Melhorar o que está pegando mais. Então, nós achamos muito importante.”

A diretora informou que “aplicada a prova, a Secretaria tabula os resultados e envia para cada escola. Os resultados são apresentados de diversas formas, como o desempenho geral da escola, por matéria e por classe”.

O município não participou do Saresp nas últimas edições, apesar do prefeito ser favorável. A secretária explica que essa decisão ocorreu por avaliação da falta de profissionais para capacitar os professores da rede em outras áreas e desenvolver mais projetos dentro da secretaria:

Até o prefeito falou “ah, você deveria ter participado do Saresp”. Ele sempre me cobra isso. Eu falei para ele “prefeito, você precisa trabalhar certas habilidades e competências, apesar de que a gente sabe que ao todo, é de competência leitora e de matemática, mas eu não tenho gente para tudo isto aqui. Minha secretaria é muito enxuta.” Então, é complicado. (Secretária Municipal de Educação em Exercício, entrevista em 25/09/09)

Há ainda o acompanhamento e avaliação da aprendizagem dos alunos por meio do projeto “Aprender pra Valer”, da classe de aceleração, das reuniões do conselho de classe e série e das reuniões bimestrais que ocorrem na escola para discutir a temática.

Sempre na avaliação do bimestre, nós fazemos um levantamento das crianças que não foram bem, depois, aquela criança é acompanhada no bimestre seguinte. Nós temos gráficos de cada sala e em geral. [...] mapas das salas que são enviados para a secretaria. (Coordenadora Pedagógica, entrevista em 25/09/2009).

2.4 Indaiatuba

O município de Indaiatuba está localizado na Região Metropolitana de Campinas, a cerca de 90 km da capital e a 10 km do Aeroporto Internacional de Viracopos. As principais rodovias do entorno são a dos Bandeirantes, a Anhanguera, a Castelo Branco e a Rodovia do Açúcar.

O Perfil Municipal de Indaiatuba para o ano 2000 indica população total de 147.050 habitantes, distribuídos da seguinte forma: 144.740 habitantes na área urbana e apenas 2.310 na área rural, sendo 73.614 o número de mulheres e 73.436, o de homens (Fonte: Ministério das Cidades). A densidade demográfica do município neste mesmo ano é de 310,6 hab/km² (Fonte: IBGE/Sidra).

De acordo com dados do DATASUS para o ano de 2009, a divisão etária deste município desenha uma pirâmide cuja concentração populacional está na faixa de 20 a 29 anos (32.888 hab.), demonstrando queda numérica mais drástica a partir dos 50 anos (19.309 hab.). A população de 5 a 9 anos é formada por 14.439 habitantes, e a de 10 a 14 por 14.019.

Quanto ao IDHM, o município cresceu de 0,765 em 1991 para 0,829 em 2000, índice superior ao do estado de São Paulo, cujo IDH é 0,820, e ao do país (0,766) (IPEADATA). Na medição da Fundação Seade para o IPRS, Indaiatuba faz parte do grupo de municípios com nível elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais.

Em Indaiatuba, 98,43% da população vivem na cidade, segundo dados do Ministério das Cidades para o ano de 2000. Os 40.317 domicílios particulares permanentes (IBGE, 2000) apresentam bons níveis de infraestrutura, com atendimento percentual de 97,7 para coleta de lixo; 93 para abastecimento de água; e 90,4 para esgoto sanitário. (DATASUS, 2000)

O registro do PIB per capita de Indaiatuba para 2002 foi, segundo o IBGE, de 10.596,87 reais correntes. O percentual de participação deste município no PIB do estado de São Paulo foi de 0,437% em 2006. (Seade).

2.4.1 Regulamentação e grau de institucionalidade da rede

O município de Indaiatuba possui um sistema próprio de ensino, cuja lei que criou o Sistema Municipal de Educação é a Nº 3.507, de 08 de janeiro de 1998. De acordo com o artigo 2º desta lei, o ensino deve ser ministrado sob os seguintes princípios:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V – valorização dos profissionais de ensino, garantindo, na

forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurando regime jurídico único para todas as instituições mantidas pelo Município;

VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII – garantia de padrão de qualidade

Os objetivos do Sistema Municipal de Ensino de Indaiatuba são definidos no artigo 3º:

I – oferecer educação infantil, ensino fundamental e educação especial, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II – oferecer ensino médio e educação profissional de nível técnico, uma vez atendida quantitativa e qualitativamente a educação infantil, o ensino fundamental e a educação especial;

III – oferecer atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV – oferecer atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade;

V – oferecer aos alunos, na zona rural, ensino com características e modalidades adequadas às necessidades e disponibilidades dessa população;

VI – oferecer ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII – oferecer educação escolar regular ou supletiva para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII – atender ao educando, na educação infantil, educação especial e no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático e pedagógico, transporte, alimentação e assistência à saúde;

IX – garantir padrões mínimos de qualidade de ensino definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem;

X – manter cursos de capacitação continuada aos docentes da rede municipal de ensino;

XI – garantir a participação de docentes, pais e demais segmentos ligados às questões da educação municipal na

formulação de políticas e diretrizes para a educação no município;

XII – manter um sistema de informações educacionais atualizado de forma a subsidiar o processo decisório e o acompanhamento e avaliação do desempenho do Sistema Municipal de Ensino;

XIII – elaborar o Plano Municipal de Ensino, de duração plurianual, visando à articulação e desenvolvimento do ensino em seus diferentes níveis e à integração das ações do Poder Público Municipal, após aprovação do Conselho Municipal de Educação.

De acordo com o documento “Proposta Pedagógica Global da Rede Municipal de Ensino de Indaiatuba”, os objetivos do sistema se configuram em:

Desenvolver a criatividade, a inventividade, a curiosidade, a criticidade, a capacidade de distinguir o provável do comprovável, a participação, a responsabilidade, a ética e a solidariedade;

Estimular o desenvolvimento do pensamento, da reflexão, da cognição, da personalidade, da moralidade, da sociabilidade, do cuidado e autoconhecimento físico e emocional;

Promover a autonomia intelectual e moral em reciprocidade e interação com o outro e com o meio;

Promover a inclusão dos alunos em todos os aspectos que compreendem o desenvolvimento humano.

Segundo a secretária de educação, o sistema foi criado durante o processo de municipalização do ensino fundamental no estado de São Paulo. Até então, a rede oferecia apenas a pré-escola. Havia, à época, uma proposta de municipalização da Secretaria Estadual de Educação que, segundo a secretária, não foi aceita pelo município (a proposta incluía cessão dos prédios e profissionais, sendo que estes continuariam vinculados à Secretaria Estadual de Educação). Optou-se pela constituição de uma rede própria, com contratação de novos professores e construção de prédios novos.

Nós tivemos, no começo, até uma vontade política de buscar alguns parceiros nas escolas estaduais. Mas nós temos aqui o sindicato da Apeoesp que é muito forte em termos de ser “do contra”, vamos dizer assim. [...] Na época, a Apeoesp não permitiu que nós ficássemos com nenhum diretor, nenhum

professor e com nenhum prédio. (Secretária de Educação, entrevista em 17 de junho de 2009)

A justificativa oferecida para o fato da Secretaria Municipal não ter aceitado a proposta da Secretaria Estadual está fundamentalmente baseada na relação com o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - Apeoesp, na dificuldade de lidar com recursos humanos contratados segundo regras externas à rede municipal, na questão salarial e também no fato de que os prédios das escolas estaduais estavam em péssimas condições, sendo mais fácil construir novos.

Se você tem uma rede onde você não comanda aqueles professores e eles não são seus subordinados, eles fecham as portas e eles dizem 'não preciso seguir a proposta pedagógica do município. Repreenda-me, me puna, me advirta'. E aí você não pode fazer isso. Tendo os seus, você já diz assim: 'essa é a nossa proposta. Você foi contratado para esse sistema, aquilo vai ser dessa forma e as regras são essas. O Estatuto é esse, aqui tem as vantagens, aqui tem as desvantagens, vamos juntos'. (Secretária de Educação, entrevista em 17 de junho de 2009)

O prédio do vizinho precisa de reforma, o salário desse professor é o dobro do meu, porque eles têm quinquênio, por exemplo. Quando eu quero formar uma classe eu pego professor iniciante, por R\$1.400,00 e ponto. [Optando pelo prédio da Secretaria Estadual] eu vou ter que reformar essa escola que está caindo. Eu faço uma nova. Eu vou pegar esse povo que não teve formação até agora e vou juntar com o meu pessoal para quem já paguei assessoria, consultoria e faculdades? O meu Ideb vai cair. (Secretária de Educação, entrevistada em 17 de junho de 2009)

O município conta, também, com um Conselho Municipal de Educação, criado pela Lei Nº 3.367, de 31 de outubro de 1996, cujos objetivos são “estabelecer, planejar, acompanhar, controlar e avaliar a Política Municipal de Educação”. De acordo com o Artigo 2º da lei, compete ao Conselho:

- I – Fixar diretrizes para a organização do sistema municipal de ensino ou para o conjunto das escolas municipais;
- II – Colaborar com o Poder Público Municipal na formulação da política e na elaboração do plano municipal de educação;

- III – Zelar pelo cumprimento das disposições constitucionais, legais e normativas em matéria de educação;
- IV – Exercer atribuições próprias do poder local, conferidas em lei, em matéria educacional;
- V – Exercer, por delegação, competências próprias do poder público estadual em matéria educacional;
- VI – assistir e orientar os poderes públicos na condução dos assuntos educacionais do Município;
- VII – Aprovar convênios de ação interadministrativa que envolvam o Poder Público Municipal e as demais esferas do Poder Público ou do setor privado;
- VIII – Propor normas para a aplicação de recursos públicos, em educação, no Município;
- IX – Propor medidas ao Poder Público Municipal no que tange à efetiva assunção de suas responsabilidades em relação à educação infantil e ao ensino fundamental;
- X – Propor critérios para o funcionamento dos serviços escolares de apoio ao educando (merenda escolar, transporte escolar e outros);
- XI – Pronunciar-se no tocante à instalação e funcionamento de estabelecimento de ensino de todos os níveis situados no Município;
- XII – Opinar sobre assuntos educacionais, quando solicitado pelo Poder Público;
- XIII – Exercer outras funções normativas e deliberativas que lhe sejam delegadas pelo Conselho estadual de Educação (§ 1º e 2º da Lei Estadual nº 9.143 de 9 de março de 1995);
- XIV – Exercer outras atribuições de peculiar interesse do Poder Público Municipal;
- XV – Elaborar e alterar o seu regimento; e
- XVI – Fiscalizar o cumprimento das normas legais relativas à educação em todas as escolas públicas e particulares, de todas as modalidades de ensino, em todos os níveis.

O Artigo 3º da lei informa sobre o número de membros que compõem o Conselho e seu devido processo de escolha:

Art. 3º - O Conselho Municipal de Educação compor-se-á de 8 (oito) membros titulares e o mesmo número de suplentes, que serão nomeados e empossados pelo Prefeito Municipal.

§ 1º - A escolha dos membros do Conselho deverá recair, preferencialmente, entre cidadãos de comprovada experiência em educação.

§ 2º - A composição dos membros do Conselho observará a seguinte representatividade:

I – Um representante do Poder Executivo Municipal, escolhido dentre cidadãos de notória experiência na área da educação, indicado pelo Prefeito Municipal;

II – três representantes da Secretaria Municipal de Educação, sendo dois deles escolhidos entre os técnicos em educação e o terceiro entre o pessoal docente, indicados pelos integrantes do Magistério Municipal, especialmente convocado para esse fim;

III – Um representante do ensino privado, indicado por entidade representativa e, na sua falta, pela maioria das escolas em atividade regular no Município;

IV – Um representante dos pais de alunos regularmente matriculados na rede municipal, escolhidos entre os integrantes dos Conselhos de Escola, e, na sua falta, indicados pelos integrantes do magistério municipal;

V – Um Diretor de escola estadual, sediada no Município, indicado pelos seus pares; e

VI – Um representante da Fundação Indaiatubana de Educação e Cultura – FIEC, indicado pelo seu Presidente.

Há ainda outros conselhos como o do Fundeb e da Merenda Escolar. De acordo com a Secretária de Educação, os conselhos são atuantes e funcionam como órgãos internos de fiscalização do sistema.

Conforme explicitado anteriormente, um dos objetivos do Sistema Municipal de Ensino de Indaiatuba (Lei Nº 3.507, de 08 de janeiro de 1998) é, justamente, elaborar o Plano Municipal de Ensino, conforme indica o item XIII do artigo 3º:

XIII – elaborar o Plano Municipal de Ensino, de duração plurianual, visando à articulação e desenvolvimento do ensino em seus diferentes níveis e à integração das ações do Poder Público Municipal, após aprovação do Conselho Municipal de Educação.

De acordo com o artigo 4º da lei, “o Plano Municipal de Ensino deverá conduzir a”

I – erradicação do analfabetismo;

II – universalização do atendimento escolar;

III – melhoria da qualidade do ensino;

IV – formação para o trabalho;

V – promoção humanística, científica e tecnológica;

VI – valorização do professor.

Segundo a secretária de educação, o município elaborou um Plano Municipal de Educação há cerca de 10 anos, mas não chegou a ser aprovado pela Câmara. A elaboração e aprovação era uma solicitação da Secretaria Estadual, para que, com base em todos os planos municipais do estado, pudesse elaborar um geral da rede estadual. Entretanto, a secretária informa que no meio do processo o município desistiu de atender a essa solicitação.

Nós temos o Plano Municipal da Educação, que nós fizemos com toda aquela paciência necessária, envolvendo todos os segmentos da comunidade, foi uma época muito rica... Fizemos, reunimos, redigimos, aprovamos [junto aos participantes]. Nós tínhamos uma pressão do governo estadual para que mandássemos para a Câmara e depois enviássemos para o governo estadual pra que ele elaborasse o plano estadual. A nossa surpresa foi que quando nós estávamos quase prontos para aprovar o nosso na Câmara Municipal, soubemos que o Secretário Estadual já havia remetido seu plano estadual para o governo federal. E ao mesmo tempo anunciava que estava aguardando os planos municipais pra condensar o plano estadual, o que não era verdade. Essa foi a nossa primeira decepção. Bom, se não era para mandar para condensar, nós precisávamos de prazo? Precisávamos fazer para responder a uma proposta política do Estado? Então, repensamos o assunto. O que fizemos? [Em vez de aprovar o Plano na Câmara], seguimos as diretrizes desse plano municipal na lei orçamentária, no PPA, todos esses anos. Estamos sempre achando que ainda falta alguma coisa. Tivemos recentemente a reestruturação do plano de carreira, o qual foi aprovado há pouco. Precisamos lidar com a escola de período integral. Estamos diante da opção de acolher ou não as escolas estaduais de quinta à oitava, se acolhemos ou não as escolas. Então, esses condicionantes acabam fazendo com que a gente não se sinta à vontade para aprovar um plano municipal. Sabemos que a gente tem que mandar para Câmara, porque agora o prazo está chegando. Algumas coisas nós mudaremos no PME elaborado. Agora nós temos uma necessidade de universalizar a creche, tem que ter alterações [antes de aprovar]. (Secretária de Educação, entrevista em 17 de junho de 2009)

O vereador do município entrevistado por representar uma voz discordante em relação à política local informou que, de fato, existe um plano municipal de educação “que dormita há anos na gaveta da secretária”. Segundo ele, o PME não chegou a ser aprovado por solicitação da mesma. Mas sua formulação contou com a participação e aprovação de várias entidades no ano de 2003.

Ele foi aprovado por todas as entidades que participaram da elaboração do plano. Em 2003, o Secretário de Educação do Estado, Gabriel Chalita, fez uma reunião com todos os Secretários Municipais de Educação da época e disse: “nós precisamos do plano. E vamos estabelecer um compromisso entre nós aqui.” A secretaria estadual e os municípios se comprometem a protocolar, no dia 15 de outubro de 2003, o plano de educação, tanto o estadual quanto os municipais. E assumiram um compromisso. Foi divulgado e tudo mais. E aí, então, houve toda uma correria. Fizemos diagnóstico, leitura crítica das sugestões. E aqui está a versão final. E nós ficamos muito contentes, porque quanto à leitura, eu verifiquei que 90% das nossas propostas foram acatadas. Foi aprovado por unanimidade, por todas as entidades: representantes do Ensino Superior, da educação tecnológica, etc. No dia que foi aprovado, a secretária fez um pedido que também foi aprovado por unanimidade. Ela pediu que se aprovasse ali o adiamento do envio do projeto para a câmara. E a explicação que ela deu foi que o governo Lula estava se iniciando naquele ano e poderia haver uma mudança no Plano Nacional de Educação e na LDB. [...] Num gesto de boa vontade, todas as entidades aprovaram. Mas o adiamento era por apenas 30 dias. Isso foi em setembro de 2003 e assim está até hoje. (Vereador – Voz discordante)

2.4.2. Acompanhamento e avaliação da aprendizagem

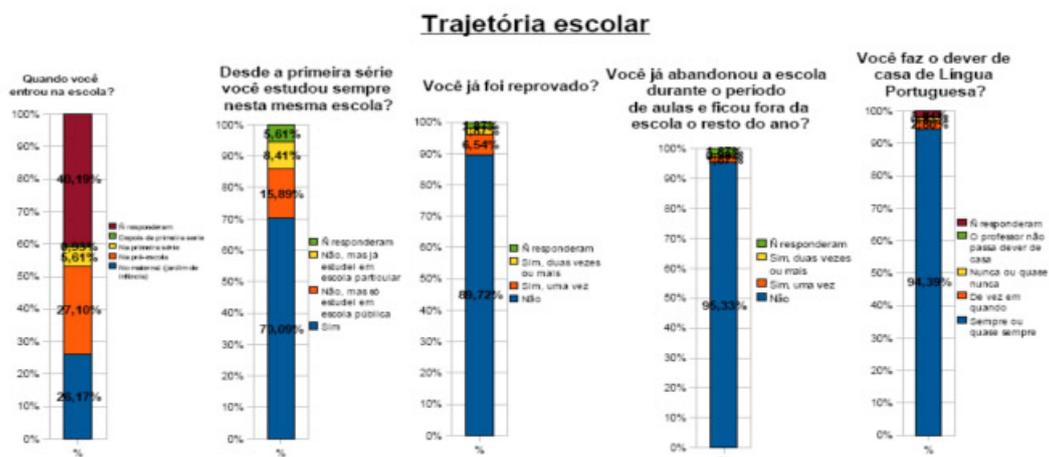
A Secretaria de Educação conta com um projeto para avaliação da aprendizagem que faz uso de duas metodologias distintas: uma é a Avaliação Municipal do Desenvolvimento dos Alunos (Amda), centrada na avaliação do desempenho dos alunos. Outra é focada no acompanhamento bimestral do desenvolvimento dos alunos por meio de instrumentos distribuídos em toda a rede.

A Amda foi implementada em 2007, por sugestão de uma técnica da Secretaria que também foi entrevistada. Essa técnica fez um projeto piloto, o qual foi aprovado pela secretária. Atualmente a idealizadora do projeto é quem o coordena.

Segundo a responsável pela Amda, o objetivo central é o monitoramento do trabalho como um todo, não tendo como foco apenas fazer uma avaliação dos alunos. A Secretaria coleta todo o material, faz o tratamento dos resultados e gera relatórios que trazem todas as informações por aluno, por sala e por escola. Na Secretaria, a tabulação dos dados é feita por estagiários de um curso de informática da Fundação Indaiatuba de Educação e Cultura (FIEC), uma fundação mantida pela Prefeitura, que realiza cursos profissionalizantes, dentre outras atividades.

A seguir há um exemplo de tratamento dos dados feito pela FIEC e o que é enviado às escolas. Os gráficos são relativos à escola na qual a equipe da pesquisa realizou a visita para entrevistar a diretora e a coordenadora pedagógica. Com relação ao tratamento das informações sobre características socioeconômicas e culturais das famílias, há gráficos sobre:

- 1 – características pessoais dos alunos;
- 2 – posse de bens e consumo;
- 3 – condições de moradia;
- 4 – escolaridade da família;
- 5 – envolvimento da família com a escola;
- 6 – posse de livros;
- 7 – tempo gasto vendo TV ou realizando trabalhos domésticos;
- 8 – trabalho realizado fora de casa;
- 9 – trajetória escolar (parte que foi selecionada para exemplificar).

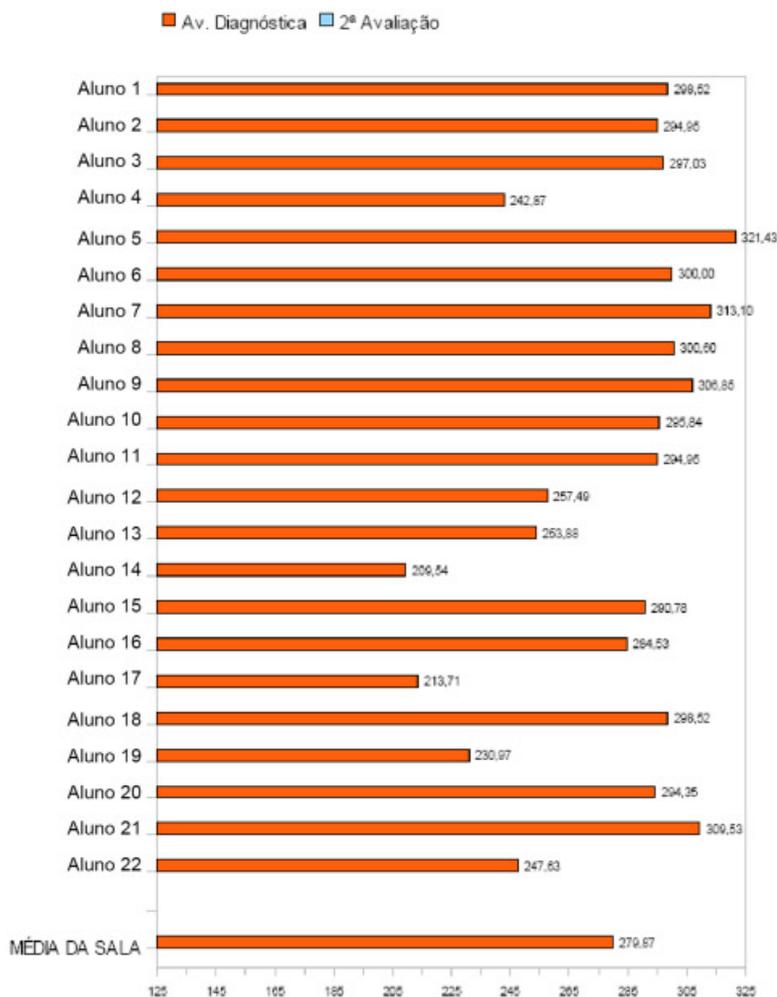


Segundo a responsável pelo setor de avaliação, diferentemente da Prova Brasil que traz resultados por escola, a Amda traz resultados por aluno, o que permite o monitoramento do desempenho de cada um. O relatório que chega até o professor conta com gráficos de desempenho de cada aluno.

EMEB 1

4ª Série E

Pontuação do Aluno: MATEMÁTICA



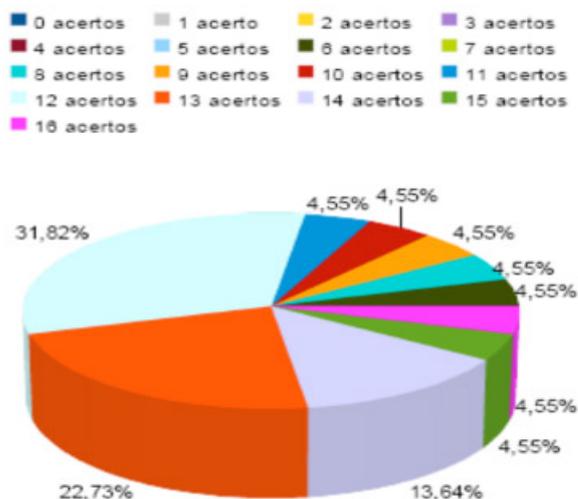
A planilha a seguir indica à escola quais questões os alunos acertaram e quais erraram. Chama-se “Controle de erros”. Foi selecionada apenas parte da planilha cedida pela Secretaria, para facilitar o manuseio do arquivo no Word.

ESCOLA: EMEB

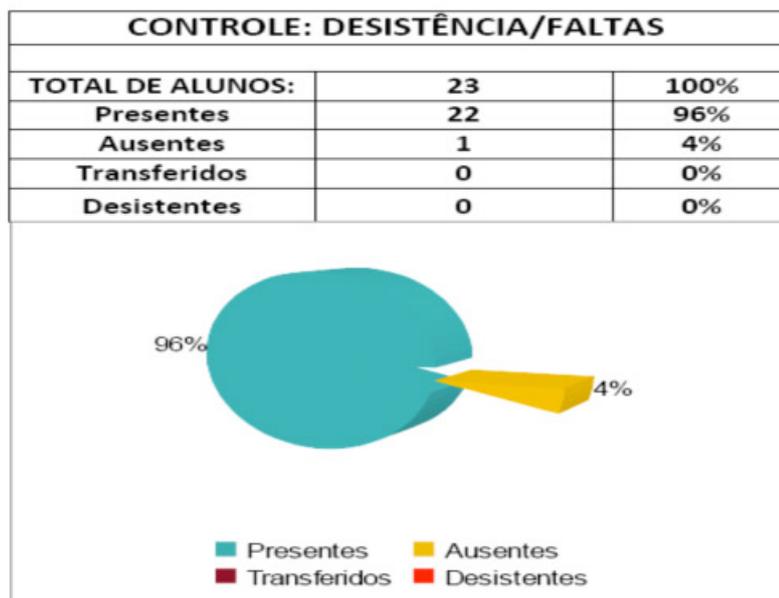
RELATÓRIO FINAL DE ERROS

QTDE	NOME DO ALUNO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
1	-----					X	X	X	X	X					X
2	-----					X					X				
3	-----		X			X				X	X				
4	-----		X		X		X			X					
5	-----		X					X			X				
6	-----				X					X					
7	-----		X							X					
8	-----		X		X		X	X		X	X				
9	-----		X		X			X					X		
10	-----		X					X		X	X				
11	-----				X					X			X		
12	-----		X				X	X	X		X				
13	-----		X				X	X			X				
14	-----		X	X		X				X	X	X	X	X	
15	-----														
16	-----		X		X						X				
17	-----									X	X				
18	-----		X				X	X				X	X		
19	-----		X		X			X					X		
20	-----										X				
21	-----										X				
22	-----		X								X				X
23	-----														

O gráfico que vem a seguir foi elaborado também com dados da escola visitada pela equipe da pesquisa. Ele permite à escola perceber em que situação a maioria dos alunos se concentra: acertando menos, mais ou se há uma situação de grande heterogeneidade.



O gráfico abaixo tem por função informar ao professor o número e percentual de alunos de sua sala que participou ou se ausentou da avaliação e, ainda, o número de alunos transferidos de escola.



Em 2008, de acordo com a responsável pelo setor de avaliação, a Amda trabalhou apenas com duas avaliações: a diagnóstica, no início do ano, e outra no final do ano, para verificação dos resultados alcançados. Em 2009, tomou-se a decisão de realizar três momentos avaliativos: no início do ano – diagnóstica; no meio do ano; e outra no final do ano. A decisão foi tomada depois de uma solicitação da coordenadora do ensino fundamental, que havia detectado necessidade de um acompanhamento mais constante ao longo do ano, para correções de rumo.

A diretora de departamento do ensino fundamental nos pediu para que organizássemos [de modo que fosse possível] para ficar o tempo todo monitorando, para saber o que está acontecendo, como o processo está andando. (Técnica da Secretaria da Educação, entrevista em 17 de junho de 2009)

A avaliação diagnóstica visa a subsidiar o planejamento dos professores. Ela é feita no início do ano letivo e os resultados são enviados para a escola ainda em fevereiro. O planejamento dos professores e da escola é elaborado cotejando o currículo e o estágio de aprendizagem dos alunos em relação aos conteúdos testados nessa prova. Os alunos respondem também a questões sobre características socioeconômicas e culturais das famílias.

Após o envio dos relatórios às escolas, inicia-se, segundo a responsável pela avaliação, “todo um trabalho. Por exemplo, as capacitações [dos professores coordenadores e dos gestores, semanalmente]. E também o planejamento dos professores. Há ainda [o desenvolvimento de] projetos”.

A segunda etapa da Amda ocorre em junho. A avaliação final é realizada em outubro ou novembro.

Cabe observar que a educação infantil também realiza avaliação diagnóstica. Nesse caso, faz-se por amostragem de crianças, pois, segundo a técnica responsável, o processo é diferente e toma muito tempo.

A professora coordenadora e a diretora da escola visitada pela equipe de pesquisa afirmaram que a Amda é um mecanismo de acompanhamento “minucioso”, e que “graças a Deus, trabalha-se assim”. A professora coordenadora está na rede desde 1998 e afirmou que, desde então, o processo de acompanhamento tem evoluído bastante.

Eu entrei em 1998 e peguei já esta política. Evoluiu muito desde a época que eu entrei, mas sempre foi, assim, pensando no melhor, cada vez aperfeiçoando mais o instrumento de trabalho. Eu gosto demais, eu me empenho, eu gosto de pegar os resultados, gosto de ir para HTPC, chegar à reunião pedagógica e discutir com eles [os professores]. (Professora Coordenadora, entrevista em 17 de junho de 2009)

A professora coordenadora ressaltou que há resistências à política de avaliação, mas elas estão concentradas numa minoria de professores.

Lógico que às vezes a gente tem assim, algumas pessoas que discordam, mas acho que é isso que faz a gente acabar refletindo, crescendo. Algumas pessoas [professoras] discordam do processo; ficam chateadas, às vezes, com os resultados... É difícil de lidar. Não vou dizer pra você que a maioria é assim. É um ou outro que cria certo mal estar, de ficar meio chateado. Mas a gente chega a sentar e conversar individualmente para dizer: “olha, durante todo o ano eu venho falando para você, fazendo orientações individuais em planejamento e por meio do guia de orientação. Eu estou sugerindo para você fazer esse trabalho.” (Professora coordenadora, entrevista em 17 de junho de 2009)

A diretora confirmou que 90% do grupo apóiam e cobram dos demais.

Para além da Amda há, na rede, outros instrumentos de avaliação. Um deles é a Ficha de Avaliação. Há ainda a chamada Folha de Rosto (tipo de um boletim). Segundo a Professora Coordenadora, cada profissional, cada disciplina (não somente Língua Portuguesa e Matemática) tem a sua Ficha de Avaliação:

Pontua-se 1 quando a criança não tem domínio daquele conteúdo; 2 quando ela está iniciando o domínio; 3 quando já se pode dizer que ela está parcialmente dominando; e 4 quando a criança já domina totalmente o conteúdo. O processo se repete para todas as disciplinas. Veja: por que eu tenho aqui [a ficha] só dessa criança? O professor tem [a ficha] dele com todos os alunos, e eu tenho a minha, que eu mapeio pra mim: estão comigo os nomes e pontuações dos alunos que têm problema. Você pode ver que é a pontuação dessa criança é 2, 1. Ou seja, ela precisa de um acompanhamento. Eu vou mapeando isso naquelas entrevistas bimestrais que eu disse pra você. (Professora Coordenadora, entrevista em 17 de junho de 2009)

Bimestralmente, os professores param para fazer um processo avaliativo (P.A.) com base nessa Ficha do Aluno.

Uma vez no bimestre paramos pra fazer esse preenchimento em que o professor aponta lá, pra cada conteúdo, pra cada criança, uma determinada pontuação. (Professora Coordenadora, entrevista em 17 de junho de 2009).

Segundo a diretora, não é bem uma pontuação, mas é um referencial, “uma numeração de 1 a 4 para pontuar se esse aluno está bem naquele conteúdo, se ele está mais ou menos”. Trata-se, de acordo com a diretora, de uma ficha existente em toda a rede.

Na verdade, ela [a ficha] já passou por várias mudanças. Em 1998, quando eu entrei, ela era de um jeito e depois ela foi se modificando conforme a necessidade. Tem umas coisas que a gente vai melhorando... E cada vez vai melhorando mesmo. Assim, acho que hoje tá bem bacana, mas ainda tem algumas coisas que a gente já tá repensando para o ano que vem. (Professora Coordenadora, entrevista em 17 de junho de 2009)

Há ainda a ficha para cada aluno onde o professor coloca um conceito (folha de rosto ou boletim). “Essa folha de rosto é como se fosse o boletim, digamos assim. É preenchida semestralmente.” (Professora Coordenadora, entrevistada em 17 de junho de 2009). Para a diretora, o conceito é importante porque no caso de uma transferência, não haverá problemas para a criança. Trata-se de algo usado em todas as escolas. E também é importante para “[fazer] um histórico, são documentos necessários.” (Diretora da escola, entrevistada em 17 de junho de 2009)

Devido à política de avaliação e acompanhamento da aprendizagem do aluno e do seu desempenho, a professora coordenadora afirmou saber:

[...] aquele [professor] que faz muito bem, aquele que faz mais ou menos, e aquele que às vezes não tem feito como se pediu para fazer. E aí o resultado vem, e a gente vai sentar e vai conversar... Eu acho que [estamos avançando], eu acredito que sim! Têm umas pessoas que estão ali, devagarzinho ainda, mas a gente tem visto uma melhora até porque o grupo cobra muito. A maioria dos professores gosta dessa forma de trabalhar. Gosta, e aí graças a Deus, a minoria acaba pressionada pelo grupo, é um grupo que cobra muito. (Professora Coordenadora, entrevista em 17 de junho de 2009).

As informações prestadas, tanto pelos entrevistados na Secretaria quanto na escola visitada, levam a inferir uma articulação entre planejamento e avaliação. A diretora informou que no início do ano, a professora coordenadora entrega às professoras um cronograma que detalha a periodicidade do planejamento. Então, as professoras saberão quando precisarão entregar à professora coordenadora seus planos de trabalho. Trata-se, nesse momento, do planejamento bimestral. Nele haverá, “em linhas gerais, o que seria trabalhado em língua portuguesa, etc.” (Professora Coordenadora, entrevistada em 17 de junho de 2009). Essas informações são frutos da avaliação diagnóstica.

Há um planejamento mais detalhado, indicando quais conteúdos serão trabalhados diariamente. Esse plano deve ser feito quinzenalmente. Por meio desse plano quinzenal é possível saber o que todos os professores estão trabalhando a cada dia: “Agora, hoje, por exemplo, dia 17 [de junho de 2009]

essas atividades é que estão sendo trabalhadas [aponta para uma folha que contém o planejamento].” (Diretora). De acordo com a professora coordenadora, quando não há aula por alguma razão, ela sabe exatamente o que ficou prejudicado e precisa ser reforçado depois.

Por exemplo, ontem os alunos foram dispensados para a escolha do livro didático e tiveram só meio período de aula. Então, todo mundo ficou com o planejamento meio que um pouco comprometido por meio período, porque foi uma coisa que veio pra gente resolver. Olhando no plano quinzenal, ela, então, poderá apoiar os professores na reorganização do conteúdo. (Professora coordenadora, entrevista em 17 de junho de 2009)

Esse instrumento (planejamento quinzenal) foi criado na escola visitada, mas já foi incorporado por toda a rede em 2009. Segundo a diretora, no início do projeto, os professores não gostaram muito.

O ano passado nós já usávamos ele. Foi construído aqui. A gente sentou, conversou. Precisávamos de um documento [para] visualizar o trabalho do professor no dia a dia. Eu entrava na sala de aula. Queria saber o que o professor estava desenvolvendo com os alunos. (Professora Coordenadora, entrevista em 17 de junho de 2009).

Nós montamos o nosso planejamento anual de cada série, de cada disciplina, baseado nesse currículo que nos foi dado, também conhecendo e adaptando o planejamento a esse currículo. E, além disso, quinzenalmente, os professores fazem o planejamento das aulas que vão sendo desenvolvidas dentro da grade curricular. É um trabalho sistemático. Eles colocam diariamente o que vai ser trabalhado, entregam com antecedência, eu leio todos os planejamentos, procuro fazer pontuações, no sentido mesmo construtivo, no sentido de colaborar individualmente. Tento cobrar não só o conteúdo que se reflete na Prova Brasil, mas nas outras avaliações também. A própria Secretaria tem um sistema de avaliação. Um investimento na leitura e na interpretação de problemas que é um grande desafio. A gente sabe que tem uma certa dificuldade nisso, então, é bem direcionado. E é um trabalho direto com professores no HTPC. Tem os momentos de imersão em que a gente faz entrevistas com eles. Chama um por um, senta pra conversar sobre a sala, como está sua turma, quem são essas crianças que tem mais dificuldade... É feito um mapeamento bimestral dessas crianças. Geralmente

elas são direcionadas para um apoio pedagógico. Alguns já têm amparo com atendimento psicológico, fonoaudiológico. Tem alguns casos até mais sérios: crianças com Síndrome de Down, por exemplo. E a gente toca todo o procedimento pra encaminhar essas crianças, pra direcionar para especialistas. E o trabalho com elas é um grande desafio pra gente também. São crianças diferentes. (Professora Coordenadora, entrevista em 17 de junho de 2009)

De acordo com a professora coordenadora, o número de crianças que tem problemas não é grande, e para elas o acompanhamento da aprendizagem segue em torno de metas específicas e é individualizado. As metas estabelecidas para essas crianças

[...] são acompanhadas pela professora itinerante e por uma pessoa responsável lá na SEME [Secretaria Municipal de Educação], que é do departamento da educação especial. Essa pessoa cuida dessas crianças com dificuldades. Passam por avaliações. É elaborada uma prova específica para essas crianças. Dentro daquilo que foi colocado como meta, vem uma avaliação personalizada para essas crianças serem avaliadas mesmo. Ver qual o rendimento. Então há também um retorno. Precisa ter uma avaliação, um retorno do trabalho que é feito. (Professora Coordenadora, entrevista em 17 de junho de 2009).

Segundo a diretora, outro fator importante que facilita o acompanhamento

[...] é que nessa escola não cabem mais que 24 alunos na sala de aula. Então o número máximo de alunos que a gente tem é de 24. Isso também é um diferencial enquanto que nas demais escolas normalmente o número é de 32, de 35, às vezes. (Diretora, entrevista em 17 de junho de 2009).

Diretora e professora coordenadora afirmaram que a escola é relativamente homogênea em comparação a outras. "Os pais têm um nível cultural melhor. É uma comunidade bem instruída" (Professora Coordenadora, entrevistada em 17 de junho de 2009). "A maioria tem nível universitário, os pais com um emprego legal. Claro, isso faz diferença" (Diretora de escola, entrevista em 17 de junho de 2009).

Os pais também, de acordo com as entrevistadas, acompanham bastante a vida escolar dos filhos.

É como uma escola particular, a gente fala. Ela está inserida num bairro melhor, ela tem uma clientela muito boa... Enquanto nós escutamos nossos colegas das outras escolas reclamando que os pais não vêm até a escola para reunião, para nada, os nossos vêm até demais. Marcam reunião, e qualquer coisa que não agrade, eles ligam. Eles perguntam, eles marcam, agendam. Nós lotamos a agenda com um 'monte' de mães. Qualquer coisinha, por exemplo, se o professor falou mais alto na sala de aula, eu ouço: 'o professor falou mais alto'. Eles têm essa preocupação. (Diretora da escola, entrevista em 17 de junho de 2009)

2.5 Lorena

O município de Lorena se localiza no Vale do Paraíba, entre as cidades de Guaratinguetá, Cunha, Cachoeira Paulista, Silveiras, Canas e Piquete. Por rodovias, Lorena está a 182 km de São Paulo, a 225 km do Rio de Janeiro e a 12 km de Guaratinguetá.

O Perfil Municipal de Lorena para o ano 2000 indica população total de 77.990 habitantes, distribuídos da seguinte forma: 75.097 habitantes na área urbana e apenas 2.893 na área rural, sendo 39.984 o número de mulheres e 38.006, o de homens (Fonte: Ministério das Cidades). A densidade demográfica do município neste mesmo ano é de 186,91 hab/km² (Fonte: IBGE/Sidra).

De acordo com dados do DATASUS para o ano de 2009, a divisão etária deste município desenha uma pirâmide cuja concentração populacional está na faixa de 20 a 29 anos (14.516hab.), demonstrando queda numérica elevada a partir dos 50 anos (8.988 hab.). A população de 5 a 9 anos é formada por 6.544 habitantes, e a de 10 a 14 por 6.368.

Quanto ao IDHM, o município cresceu de 0,767 em 1991 para 0,807 em 2000 – índice inferior ao do estado de São Paulo, cujo IDH é 0,820, e superior ao do país (0,766) (IPEADATA). Na medição da Fundação Seade para o IPRS, Lorena faz parte do grupo de municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não exibem bons indicadores sociais.

Em Lorena, 96,3% da população vivem na cidade, segundo dados do Ministério das Cidades para o ano de 2000. Os 21.002 domicílios particulares

permanentes (IBGE, 2000) apresentam bons níveis de infraestrutura, com atendimento percentual de: 96,5 para coleta de lixo; 94,5 para abastecimento de água; e 92,1 para esgoto sanitário. (DATASUS, 2000)

O registro do PIB per capita de Lorena para 2002 foi, segundo o IBGE, de 7.491 reais correntes. O percentual de participação deste município no PIB do estado de São Paulo foi de 0,119203% em 2006. (SEADE).

2.5.1 Regulamentação e grau de institucionalidade da rede

Lorena conta com um Sistema Municipal de Ensino, aprovado pela Câmara Municipal em 28 de dezembro de 2006. A lei que regulamenta esse sistema é a Lei nº. 3.1222.

O município tem também Conselho Municipal de Educação. Segundo o artigo 2º da Lei nº. 2.350 que o regulamenta, “o Conselho Municipal de Educação terá como finalidade básica a coordenação e execução de atividades que visem ao desenvolvimento educacional no Município, colaborando com as autoridades Municipais, Estaduais e Federais no cumprimento dessa política e na consecução de seus fins”. A composição do Conselho Municipal se configura da seguinte maneira:

Artigo 3º - O conselho Municipal de Educação será constituído de 11 (onze) membros titulares a seguir especificados, correspondentes a um suplente a cada membro:

I – o Secretário Municipal de Educação presidirá o Conselho;

II – 1 (um) representante executivo municipal;

III – 1 (um) representante da Secretaria da Educação;

IV – 1 (um) representante da Câmara Municipal;

V – 1 (um) representante dos Professores da Rede Municipal de Ensino;

VI – 1 (um) representante da Delegacia de Ensino;

VII – 1 (um) representante da Área de Educação Especial;

VIII – 1 (um) representante das Escolas Particulares;

IX – 1 (um) representante de Associações de Bairros;

X – 1 (um) representante de Entidades Empresariais (ACIAL);

XI – 1 (um) representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Segundo a supervisora de ensino, o município utilizava até 2008 materiais apostilados e assessoria pedagógica do grupo Positivo. Em 2009 o contrato foi suspenso devido a problemas com a lei de licitações.

Na verdade não é só a apostila que a gente compra. Compramos o sistema de ensino! Vem com todo o processo, inclusive avaliação também, que eles tinham um processo de avaliação que orientava os nossos professores. [...] Nós não estamos na sala de aula, mas fazemos parte da equipe [de acompanhamento]. (Supervisora de Ensino, entrevistada em 27 de agosto de 2009)

O assessor da Secretaria explica que no momento em que o sistema apostilado foi adotado pela rede, ele representou uma mudança positiva. De acordo com ele, embora o município contasse com os livros do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), os profissionais não estavam preparados para trabalhar autonomamente com estes materiais. A Secretaria estava desestruturada e não conseguia estabelecer diretrizes, além dos alunos não poderem ficar com os livros.

Naquele momento cada escola usava um livro didático, naquele momento o livro didático não pertencia ao aluno. Então, ele está com o livro didático, mas ele não tem o livro didático. Naquele momento havia falta de preparo do professor pra lidar com o livro didático, então todas essas questões acabaram levando à necessidade [de adotar o sistema apostilado]. [...] Ficou mais fácil, todas tinham uma linha. Como a Secretaria em si estava desestruturada, quem é que lançava diretriz? Você não tem quem coloca diretriz, você não tem quem dá o direcionamento, você não tem quem forme. Você tem o material, você tem o profissional, mas você tem um profissional com uma formação deficiente e inclusive sem condições de usar o material adequadamente. (Principal Assessor, entrevistado em 27 de agosto de 2009)

Ele também diz que a apostila passou por algumas adaptações feitas pela equipe da Secretaria de Educação para se adequar melhor à concepção adotada no município.

Inclusive, nós estamos trabalhando o currículo unificado. Nós estamos trabalhando, porque o material apostilado, pela própria formatação, fere a concepção de construção do conhecimento. Nós fizemos algumas adaptações no material porque a concepção da Secretaria é uma concepção construtivista. (Principal Assessor, entrevistado em 27 de agosto de 2009)

2.5.2 Acompanhamento e avaliação da aprendizagem

No município de Lorena, encontra-se na fala dos gestores a importância dada às avaliações externas. Segundo o secretário de educação, essas avaliações mostram como a rede está se comportando com relação à aprendizagem. O assessor conta que, como Lorena participa de três avaliações externas, os gestores estão se pautando nesses resultados para direcionar as ações da Secretaria.

Eu inclusive, por ser da rede estadual – eu aposentei na rede – quando eu entrei aqui, nós participamos do primeiro ano do Saesp e nós pagamos pra fazer. Hoje é o primeiro ano que o estado está dando o Saesp de graça pra todo mundo. Aqui no Vale do Paraíba, só Lorena participou do Saesp no primeiro ano porque nós pagamos e era muito mais barato também, porque todo o processo dele, com tudo prontinho, nós pagamos uma quantia mínima pra participar. Acho que foi R\$ 9.000,00 (nove mil reais). Era só papel. Então, eu falei: “Não, eu vou participar!” Mas os outros não quiseram porque gastava. [...] Então, eu sempre participei porque eu acho muito importante essa avaliação. Tem gente que não participa de medo de expor e tal, mas nós precisávamos saber como que a rede estava em 2005. Nós vimos realmente como é que estava e começamos a trabalhar pra melhorar. Fizemos em 2005, depois 2007, dois anos depois. E agora nós estamos ansiosos com 2009, preocupados, ainda mais agora que deu essa zebra com nosso sistema apostilado logo esse ano. (Secretário de Educação, entrevistado em 27 de agosto de 2009)

A Prova Brasil que nós participamos, o Saesp que nós participamos um ano e não participamos mais, só voltamos esse ano, que acaba sendo um referencial também. E logicamente, através da Prova Brasil a gente tem resultados de Ideb e temos um sistema próprio que foi implantado, que é o Prove, pra fazer avaliação do sistema municipal. Então existem três avaliações externas hoje, para estarmos nos pautando, nos assegurando dos progressos e das estagnações. (Principal Assessor, entrevistado em 27 de agosto de 2009)

O município desenvolve em sua rede uma experiência própria de avaliação externa, o Prove. Em 2008 o teste foi desenvolvido pela Oficina Pedagógica do município a fim de avaliar competências e habilidades dos alunos. A avaliação contempla a área de Matemática com 24 questões e a área de Língua Portuguesa (produção e compreensão de texto) com 15 questões. O Prove foi aplicado no início do primeiro semestre letivo de 2009.

O Prove foi, inclusive, idéia de uma das nossas ATPs, da necessidade de ter, como nós entramos no Saesp um ano só, ela achou a necessidade da gente implantar um sistema nosso, de avaliação nossa, do município, e acabou fazendo. Foi o ano passado, nós conseguimos fazer o Prove em todas as salas. O ano passado nós implantamos e nesse ano a gente fez também. [...] A intenção era fazermos duas vezes no ano, uma no começo do ano e outra no final do ano, até pra ver o progresso. [...] [O Prove] ajudou, porque em algumas situações reforçou aquilo que já tinha sido apresentado na Prova Brasil. Em outras situações, por exemplo, ela acaba atingindo também a Educação Infantil, que não é avaliada. (Principal Assessor, entrevistado em 27 de agosto de 2009)

Quando a prova foi elaborada, a equipe concluiu que seria melhor aplicá-la duas vezes ao ano (uma ao final de cada semestre), pois assim seria possível fazer um melhor monitoramento da rede. O assessor explica que as aplicações são feitas pelos próprios professores, porém em outras salas. “Na aplicação, o ideal seria que a gente conseguisse mandar o professor pra uma outra escola; não conseguimos, é mais complicado. Mas a troca do professor, isso não tem nem como ser diferente.” (entrevistado em 27 de agosto de 2009)

A supervisora de ensino explica como o material proveniente da prova é tratado e estudado no município:

[Os dados são tratados em] excel. E em cima de todo o material que vem montamos as informações que os professores vão recebendo. [...] Aonde houve mais dificuldade? Como que nós vamos trabalhar? Então eu pedi licença pra programar isso, os projetos que nós temos de fora também podem auxiliar nessa dificuldade da escola: que projetos nós vamos utilizar? E aí eles [professores] foram nomeando as principais dificuldades a serem trabalhadas. (Supervisora de Ensino, entrevistada em 27 de agosto de 2009)

Quando indagado sobre o porquê dessa avaliação, o assessor diz que foi para ter outro referencial e, concomitantemente, para que os professores e profissionais da rede tivessem mais participação nesse processo de avaliação.

É essa coisa de ter um outro referencial. Acho que quanto mais referenciais a gente vai tendo, mais a gente vai tendo uma visão real, a intenção foi essa e pra que as pessoas, no caso a própria oficina, tivessem contato nesse processo de elaboração e participassem mais efetivamente do processo, justamente pra que a gente pudesse ter essa possibilidade de duas provas nossas numa mesma sistemática. Porque querendo ou não, o Saresp obedece uma linha, a Prova Brasil obedece uma linha, tem toda uma ideologia implícita nisso. Então nós resolvemos fazer alguma coisa mais nossa e que a gente possa participar mais efetivamente desse processo. (Principal Assessor, entrevistado em 27 de agosto de 2009)

Ele também fala sobre a resistência dos professores às avaliações externas. Segundo ele, isso só ocorreu na primeira vez com o Saresp, pois os professores tinham medo de uma cobrança punitiva pautada nos resultados.

O único problema que nós enfrentamos com relação à avaliação externa foi a do Saresp, o pessoal ficou meio assustado. Ficou aquela coisa 'ah, vai punir o professor'. A primeira impressão que se tem de uma avaliação externa é essa, que a avaliação vem pra fazer o diagnóstico de como está e depois vêm as cobranças punitivas. E não é essa a intenção. A intenção sempre foi avaliar o sistema pra ver o que precisa ser aprimorado e a gente trabalhar em cima disso. Com a primeira houve resistência, com as demais não. Agora acho que o professor entendeu bem o espírito da coisa. (Principal Assessor, entrevistado em 27 de agosto de 2009)

Uma das formas de acompanhamento da aprendizagem realizadas pelo município é o Projeto de Reforço de Aprendizagem (Proap). Juntamente com esse programa, Lorena realiza projetos nas escolas que exigem boas notas dos alunos participantes.

A reprovação diminuiu bastante também. Porque contra a reprovação nós temos o Proap, o projeto de reforço de aprendizagem. E esses projetos todos também diminuíram o número de reprovações. Indiretamente nós temos, por exemplo, o judô, a fanfarra, e se o aluno não estiver indo bem

na escola, a gente corta, entendeu? Então a gente também joga um pouco com eles. (Secretário de Educação, entrevistado em 27 de agosto de 2009)

Para lecionar no Proap, os professores passam por uma seleção que leva em conta sua formação e suas experiências. As salas do programa são formadas por uma quantidade de alunos que gira em torno de oito a dezoito, são multisseriadas com alunos que têm o mesmo nível de aprendizagem.

Hoje a gente tem como um dos grandes projetos nossos o Proap, que é de reforço de aprendizagem. [...] Primeiro tem todo um critério pra seleção dos professores do Proap. Nós temos uma ATP que cuida especificamente do projeto. Os professores são selecionados, tem que ter uma formação, certa experiência na rede e tem que ter algum curso de alfabetização. A gente prioriza o antigo Profa, que foi dado pelo MEC, ou o Letra e Vida, que foi dado pelo estado, e o estado passou a peteca pra gente. (Principal Assessor, entrevistado em 27 de agosto de 2009)

Nós sempre colocamos em torno de oito até vinte alunos, pra não ficar muito e pra não ter trabalho. Acaba sendo uma sala multiseriada, por questão de idade e por questão da série onde a criança está, mas os níveis de desenvolvimento, praticamente, estão todos no mesmo. E nesse processo os professores trabalham com metodologias variadas e a gente tem tido excelentes resultados com isso. (Principal Assessor, entrevistado em 27 de agosto de 2009)

A supervisora de ensino relata também que a Secretaria de Educação tinha um caderno com as metas de aprendizagem dos alunos e que, através dele, eram feitas reuniões de formação, já que as apostilas adotadas pela rede não foram utilizadas este ano.

Foi através deste caderno, uma vez que nós não tínhamos apostila, aí as ATP's começaram a trabalhar em cima das expectativas, pra poder trabalhar com os professores. Ano passado, quando saiu o resultado do Ideb, nós fizemos reunião com todas as escolas e comunidade escolar pra mostrar e ainda divulgar o índice da escola, pensando mesmo naquela escola. Quais os problemas que houve naquela escola, o que ela pode melhorar, e colocamos as metas, todo um método que elas devem trabalhar esse ano, independente de ter apostila ou não. A gente tava ainda naquela, se ia receber ou

não. Se tivesse apostila eu sei que iria garantir. (Supervisora de ensino, entrevistada em 27 de agosto de 2009)

2.6 Marília

Marília situa-se na região Centro-Oeste Paulista, na parte mais ocidental da Serra de Agudos. O Perfil Municipal de Marília para o ano 2000 indica população total de 197.342 habitantes, distribuídos da seguinte forma: 189.719 na área urbana e 7.623 na área rural, sendo 96.502 homens e 100.840 mulheres. (Fonte: Ministério das cidades). A densidade demográfica do município neste mesmo ano é de 168,49 hab/km². (Fonte: IBGE/Sidra).

De acordo com dados do DATASUS para o ano de 2009, a divisão etária deste município desenha uma pirâmide cuja concentração populacional está na faixa de 20 a 29 anos (37.917 hab.) demonstrando queda numérica mais acentuada a partir dos 60 anos (9.165 hab.). A população de 5 a 9 anos é formada por 17.176 habitantes, e a de 10 a 14 por 16.703 habitantes.

Quanto ao IDHM, o município cresceu de 0,774 em 1991 para 0,821 em 2000 – índice superior ao do estado de São Paulo (cujo IDH é de 0,820) e ao do país (0,766). (IPEADATA). Na medição da Fundação Seade para o IPRS, Marília faz parte do grupo de municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores sociais.

Em Marília, 96,1% da população vivem na zona urbana, segundo dados do Ministério das Cidades para o ano de 2000. Os 55.740 domicílios particulares permanentes (IBGE, 2000) apresentam bons níveis de infraestrutura, com atendimento percentual de: 95,7 para coleta de lixo; 96,2 para abastecimento de água por rede geral; e 93,5 para esgoto sanitário por rede geral. (DATASUS, 2000).

O registro do PIB per capita de Marília para 2002 foi, segundo o IBGE, de R\$ 5.803,00. O percentual de participação deste município no PIB do estado de São Paulo foi de 0,306626% em 2006. (Seade).

2.6.1 Regulamentação e grau de institucionalidade da rede

Marília conta com um Sistema Municipal de Ensino, cuja criação foi aprovada pelo Conselho Estadual de Educação em 27 de maio de 1998. Tem, portanto, 12 anos de existência.

O município tem também Conselho Municipal de Educação. Segundo o artigo 2º da Lei nº 6639/2007, “o Conselho Municipal de Educação é órgão de natureza sócio-participativa, configurando-se como um dos pilares da gestão democrática”. A mesma lei determina funções consultiva, propositiva, mobilizadora, deliberativa e fiscalizadora ao colegiado. Sua composição totaliza 19 membros, incluindo representantes da Secretaria Municipal de Educação, da Diretoria Regional de Ensino, de supervisores de ensino, dos diretores, professores e servidores de escolas estaduais e municipais, de pais de alunos de escolas municipais, estaduais e particulares, e das universidades públicas. A secretária municipal de educação afirmou que “a composição do conselho é muito boa. Oferece uma gama para atender a todos os segmentos da educação no município” (entrevista em 06/11/2009).

Segundo a secretária, o Conselho Municipal de Educação está em fase de reestruturação. “O Conselho Municipal de Educação ainda está procurando a sua função, não tem uma consolidação de seu papel”, disse ela. Indagada pela pesquisadora das razões da reestruturação, a secretária afirmou que se trata de “estruturação de integrantes mesmo, de componentes do Conselho” e que “o Conselho Municipal foi reformulado como uma necessidade que surgiu dos estudos do Plano Municipal de Educação” (entrevista em 06/11/2009).

Segundo ela, ainda, o Conselho Municipal tem ajudado muito a administração. Citou como exemplo a data base para o ensino fundamental de nove anos.

Pegamos toda a legislação, tanto do Conselho Nacional como do Conselho Estadual, assim como materiais relativos ao Ensino Fundamental de nove anos. Houve muitas reuniões, eles pediram a minha presença e a do professor Feijão. Enfim, foi o Conselho Municipal que determinou que a rede municipal de Marília iria seguir a database de 30 de junho. Em relação à questão da suspensão das aulas por conta da gripe, também levamos o assunto ao conselho, que nos ajudou a definir o

calendário de reposição da gripe. (Secretária de educação, entrevista em 06/11/2009).

O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) foi apontado pela secretária de educação quando questionada sobre os conselhos considerados relevantes para o bom desempenho do município. Sua fala transparece uma integração entre as ações do conselho e da Secretaria de Educação, que toma decisões e encaminhamentos a partir do diagnóstico e orientação dos conselheiros.

O CAE conseguiu chegar num patamar muito interessante, o que acaba influenciando outros conselhos. Eles fazem visitas sistemáticas às escolas toda semana. Toda segunda-feira, às duas horas da tarde, eu tenho que deixar um motorista e uma perua à disposição do CAE para fazer visitas às escolas; eles decidem para onde vão dentro da perua. Não se sabe para onde eles vão. Eu peço relatório das visitas e tudo que apontam como algo irregular nós procuramos espanar. Por exemplo, eles chegavam nas escolas e viam que as merendeiras deixavam objetos pessoais dentro da despensa onde são guardados os alimentos e utensílios. O que fizemos: adquirimos armários pessoais para cada merendeira. Em outra escola faltava tela. Vem a comunicação do CAE, eu já passo pro setor responsável da Secretaria para fazer o orçamento e encaminhar o pedido para colocar a tela na cozinha. Nas escolas que estão passando por reformas, especialmente de cozinha, nós já estamos fazendo duas despensas, uma para guardar material e outra para utensílios, tudo isso com a orientação do próprio CAE. [...] Então o Conselho de Alimentação Escolar não é só aquele conselho burocrático. (Secretária de educação, entrevista em 06/11/2009).

A secretária de educação afirmou que há, também, no município o Conselho do Fundeb. “Mas o nosso Fundeb não é suficiente nem para pagar a folha. Então o que o Conselho do Fundeb analisa são as folhas de pagamento mesmo”, disse ela em entrevista concedida em 06/11/2009.

Marília conta também com um Plano Municipal de Educação, promulgado pela lei nº 6183/2005, com vigência até 2015. Tem como princípios norteadores “a valorização dos profissionais e educação como direito, como instrumento do desenvolvimento econômico e social e como fator de inclusão social” (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA, 2005, p. 11). Com base nos mesmos objetivos que o Plano Nacional de Educação, estabelece as seguintes prioridades:

1. Garantia do Ensino Fundamental de oito anos, em regime de colaboração com o Estado, a todas as crianças de 7 a 14 anos, assegurando o seu ingresso e permanência na escola e conclusão desse ensino;
2. Oferta de educação básica para jovens e adultos que a ela não tiveram acesso ou que não concluíram o Ensino Fundamental e ensino médio na idade própria.
3. Progressiva universalização do ensino médio, com garantia de acesso a todos os jovens que completem a etapa anterior;
4. Valorização dos profissionais de educação básica, ao incremento de uma política de oferta de formação continuada a esses profissionais ao longo da carreira e à garantia de condições adequadas de trabalho e salário, visando à melhoria permanente e promovendo a qualidade de ensino;
5. Ampliação do atendimento à Educação Superior nos diferentes tipos de instituições do Sistema de Ensino;
6. Progressiva universalização da Educação Infantil, direito da criança, mas opção da família. A atual oferta da primeira etapa da educação básica, no município permite prever a universalização do atendimento de crianças de 4 a 6 anos numa década. (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA, 2005, p. 13).

Atualmente, o Conselho Municipal de Educação está realizando reuniões de avaliação do plano, destacou a secretária:

O Conselho já está fazendo reuniões de avaliação há quatro anos. Eu já recebi vários ofícios do presidente do Conselho, solicitando informações sobre Plano de Carreira e também a respeito dos módulos de cada escola. São coisas que estão dentro do Plano. (Secretária de educação, entrevista em 06/11/2009).

O ensino fundamental de nove anos foi adotado pelo município em 2009. Segundo a secretária de educação, a ampliação implicou na necessidade de “contratação de professores, de funcionários e ampliação de muitas escolas” (Entrevista em 06/11/2009). A secretária falou ainda que o processo de mudança não foi fácil para os professores e diretores.

Teve a angústia das diretoras, que perguntavam: ‘será que os professores de EMEF vão dar conta das minhas crianças?’ Há essa preocupação. No nosso caso, a criança de seis anos já recebia todo o tratamento adequado em relação à alfabetização, à preparação para o Ensino Fundamental, mas na Educação Infantil. E nós sabemos, a questão de espaço físico dentro da Educação Infantil, principalmente a questão do espaço do lúdico, não só o brincar em si, mas o lúdico mesmo, do ensinar brincando, era feita na rede de educação municipal, era feita com muita tranquilidade, até por conta que já havia esse espaço preparado para isso. O Ensino Fundamental é mais sistemático, então teve uma ruptura muito grande. Está

sendo um período de adaptação para as crianças, para as famílias e principalmente para os professores. (Secretária de educação, entrevista em 06/11/2009).

A secretária contou que houve um trabalho de preparação dos professores de ensino fundamental para recebimento das crianças de seis anos.

Nós atrasamos, entre aspas, o início das aulas do Ensino Fundamental de nove anos em uma semana, para que houvesse uma preparação dos professores. O que nós fizemos em nível de Secretaria: eu trouxe esse ano para cá, exatamente para cuidar dessa parte do Ensino Fundamental de nove anos, uma professora que se destacou em alfabetização na rede; ela já estava como professora coordenadora, porque tinha se destacado na sala de aula. Então trouxe para Secretaria duas profissionais de dentro da escola. Foi elaborado um trabalho de preparação desses professores, por meio de oficinas. Não só a parte teórica. Muita gente fala: 'ah, o professor não pode ter receita porque não existem receitas'. Não existem receitas prontas, mas não existem os ingredientes? Os ingredientes não estão postos? O que vai mudar? Vai depender de cada um. Eu costumo dizer: se eu te der o açúcar, a farinha e o leite e o fermento, você vai fazer um bolo. Se eu der para outra, ela vai fazer outro bolo. É o que falamos: o professor precisa de receita? Não, ele precisa é de ingrediente, material, ele precisa de ideias para desenvolver mais e melhor o seu trabalho. Então, durante uma semana, nós trabalhamos com esses professores por meio de oficinas. (Secretária de educação, entrevista em 06/11/2009).

O assessor principal informou que a Secretaria elaborou uma proposta pedagógica específica para o ensino de nove anos:

Nós implantamos o ensino de nove anos este ano. Fizemos uma proposta pedagógica, pós-curricular, específica para o Ensino Fundamental de nove anos, baseada nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Os professores do primeiro ano só entraram na sala de aula depois que eles tinham recebido a proposta. É fundamental, além da adaptação de ambiente, ter a capacitação. Muitos municípios não conseguiram fazer isso, temos socializado com municípios vizinhos. (assessor principal, entrevista em 06/11/2009).

2.6.2 Acompanhamento e avaliação da aprendizagem

Desde 2004, o município de Marília desenvolve em sua rede uma experiência própria de avaliação externa, o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar de Marília (Sarem). Realizado anualmente ao final do primeiro semestre letivo,

envolve os alunos da 4ª série, nas áreas de Matemática e Língua Portuguesa (produção e compreensão de texto). Segundo a secretária, “o Sarem é uma avaliação feita pela própria rede para indicar quais seriam as deficiências de cada escola, de cada turma e da rede como um todo. Procurar, por meio da avaliação, onde está o nó” (entrevista em 06/11/2009).

A partir das deficiências que são detectadas nas avaliações, o município realiza cursos de formação específicos.

Nós detectamos, por exemplo, uma deficiência muito grande dentro do primeiro ensaio que nós fizemos em Matemática. Foi assustador o que nós vimos em Matemática. Depois disso o que nós fizemos? O nó é Matemática? Então nós vamos ver que profissional nós temos, dentro da cidade, que conhece a nossa rede, que seja um profissional especializado nessa área e que possa trabalhar com o professor. Fizemos uma parceria com o professor José Carlos Miguel, da Unesp de Marília, que trabalhou vários cursos de formação com os professores de Matemática. Depois fomos fazendo vários outros cursos de formação, alfabetização, letramento, consolidação de alfabetização, cursos na área de história, geografia... Então sempre detectando, verificando, tentando verificar os focos. (Secretária de educação em exercício, entrevista em 06/11/2009).

A avaliação consiste em 10 questões de Matemática, 10 de Língua Portuguesa (compreensão de texto) e uma produção de texto. Segundo a secretária, a forma de elaboração das questões tem variado, sendo que nos últimos anos, o modelo que tem se consolidado é a construção por parte da equipe da Secretaria.

Nós já fizemos de várias maneiras diferentes, já pusemos um banco de dados com questões que os próprios coordenadores pedagógicos das escolas nos encaminhavam. Desse banco de dados eram tiradas algumas questões de acordo com o que queríamos alcançar dentro de cada questão; uma tabela de referência. Já teve casos organizados pela própria equipe, já teve casos de chamar um grupo de coordenadores, então cada ano a gente faz de uma forma diferente. Nos últimos anos tem sido realmente elaborada pela equipe da Secretaria. (Secretária de educação em exercício, entrevista em 06/11/2009).

Segundo o assessor principal, o Sarem é elaborado com base nos projetos educativos das escolas. Os resultados das avaliações geram planilhas com dados por escola, classe, turma e aluno.

Todas as escolas têm uma proposta pedagógica, um projeto educativo. Nós temos um diagrama de conteúdo, desde os vetores que os professores recebem desde o início do ano, esse vetor de Língua Portuguesa e Matemática. Em cima desses vetores, nós elaboramos a avaliação aqui na Secretaria. Tem todo um *know how* que é nosso mesmo, não contratamos empresa; avaliamos mais ou menos dois mil alunos de 4ª série e é tudo mandado para uma gráfica daqui; tem um esquema de correção no qual envolvemos os professores e coordenadores das escolas. Na aplicação também há o envolvimento dos diretores, dos professores. Cada escola tem um coordenador da Secretaria que acompanha o dia da aplicação. Depois tem a correção e nós conseguimos em um mês e pouco dar um retorno desses resultados dessa avaliação em planilhas, por escola, por classe, por turma, por aluno... (Assessor principal, entrevista em 06/11/2009).

Não são feitas comparações entre as escolas com base no Sarem, esclareceu o assessor principal, ainda que sejam produzidas médias dos resultados por escola. O tratamento dos dados prevê um relatório elaborado para cada escola, incluindo um exame de cada questão, dizendo quantos alunos acertaram, quantos erraram e quais foram os erros.

Nós não comparamos escola com escola não. Mas nós temos uma média da Secretaria e quando o diretor recebe isso o professor tem dados específicos por questão. E os professores recebem, por exemplo, em Matemática, qual é a questão, quem acertou mais quem acertou menos, por que não acertou. Língua portuguesa, além de ter uma avaliação sobre Língua Portuguesa, nós temos uma avaliação por produção de texto e também tem os critérios, como ortografia, por exemplo. (Assessor principal, entrevista em 06/11/2009).

Além de relatórios por escola, os resultados do Sarem são sistematizados também em planilhas gerais, internas, que não circulam entre as escolas para não gerar comparações, servindo apenas à Secretaria. São produzidos três quadros: um para matemática, outro para língua portuguesa (produção de texto) e outro para língua portuguesa (compreensão de texto). Em matemática,

para cada escola, são especificados os seguintes pontos: número de classes; número de alunos presentes; média da escola e média da Secretaria de Educação ano a ano, desde 2004; e aspectos avaliados, com o número e a porcentagem de acerto de cada uma das 10 questões que compõem as provas. Em Língua Portuguesa, as médias das escolas são geradas para a produção do texto e para as questões objetivas, além da média geral da unidade na disciplina. Nos aspectos avaliados da produção de texto, estão relacionados à proposta, estrutura, coerência e coesão, ortografia e vocabulário, cada uma delas com o número e porcentagem de acertos. Na compreensão de texto, estão o número e porcentagem de acertos de cada questão (MARÍLIA, 2009c).

Cada escola recebe um documento com orientações para aplicação da avaliação externa, que aborda os horários, regras e atribuições dos diferentes atores, como o coordenador da Secretaria de Educação, o diretor da escola, o professor coordenador, o auxiliar de direção e o professor aplicador. As provas são aplicadas pelos professores de 4ª série, que trocam de salas (MARÍLIA, 2009).

O assessor principal, quando discorria sobre o Ideb, afirmou a importância de analisar os resultados da avaliação em profundidade. A prática do município com avaliação externa pressupõe essa análise. A Secretaria envia os resultados da avaliação para diretores, professores e pais, envolvendo todos no exame e interpretação dos resultados.

Por isso que a gente manda [os resultados] para escola, damos todos os recursos possíveis para o diretor analisar, inclusive nós devolvemos para os alunos; todas as escolas recebem as provas. Os pais recebem essas avaliações. O professor analisa a movimentação dos alunos, onde cada um errou, para ver para onde tem que caminhar. Então vai além da média, claro que nós temos média, para ter um referencial que aponte caminhos. Mas, tem que ter uma análise. Inclusive os professores, nós pedimos para nas provas de Matemática ter um espaço onde o aluno vai fazer as operações. Aí o professor analisa não só o operativo que o aluno apontou, mas analisa como o aluno chegou naquela alternativa, qual o problema que o aluno tem. (Assessor principal, entrevista em 06/11/2009).

Após a realização do Sarem é realizada uma reunião com todos os coordenadores, nas quais se expõem e se discutem os resultados de cada questão.

Por exemplo, na questão número um, as crianças que não acertaram, qual a alternativa que foi mais marcada? A gente faz essa análise qualitativa para ver o porquê desse erro. Estamos trabalhando a partir disso nas escolas. E tem as visitas que nós fazemos com o professor intervindo justamente nessas questões que precisam ser trabalhadas dentro da escola. (Assessor principal, entrevista em 06/11/2009).

Segundo o assessor principal, o Sarem tem evidenciado uma deficiência da rede em matemática, o que, para ele, está ligado às mudanças no ensino da disciplina no país como um todo.

A situação mais problemática que a gente enfrenta é em Matemática, mas a gente sabe que é no Brasil e no mundo. As mudanças de postura em relação ao ensino da Matemática, o problema está na mudança metodológica em relação ao ensino da Matemática... Eu tenho pesquisado, lido, e a gente vê que, às vezes, o professor ainda continua com o ranço de não trabalhar com situações-problema e com compreensão. É muito mais o mecanismo a partir do algoritmo. Isso é uma parte metodológica que envolve universidades, que envolve muita coisa. Mas nós estamos trabalhando e percebendo mudanças nesse sentido. (Assessor principal, entrevista em 06/11/2009).

Algumas escolas têm se desenvolvido na organização e sistematização da avaliação externa, contou o técnico da Secretaria.

Algumas escolas estão mais avançadas nessa questão que é a organização dessa sistematização. Por exemplo, o Antonio Ribeiro criou desde o início do calendário anual do Sarem. Após o Sarem, além de tratar as informações desse modo, é interessante a reunião que nós fazemos com o Professor [Feijão] presidindo nossa equipe, intervindo nos pontos que tem que ser trabalhados dentro das escolas. Nós fazemos o levantamento. (Técnico da Secretaria, entrevista em 06/11/2009).

Desde 2006, o município desenvolve também o Sistema de Avaliação do Rendimento através da Informática e Desafio de Matemática (Sarinfo), uma avaliação externa informatizada, na qual os alunos respondem as questões no computador. Realizada com os estudantes da 3ª série, tem como objetivo avaliar a aprendizagem, diagnosticar as dificuldades e, a partir daí, promover ações de melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

O Sarinfo é o sistema de avaliação do rendimento escolar, mas informatizado. Todas as 19 Emefs têm laboratório de informática. Então a equipe de informática educativa prepara dentro do software de autoria que é utilizado nos laboratórios, uma avaliação nos moldes de uma avaliação externa, mas feita no computador. Essa avaliação é feita para os alunos de 3ª série, realizada por volta do mês de setembro, como um preparativo para verificar o que esse aluno ainda está precisando para a 4ª série. E como é informatizado tem o retorno dos dados, é muito mais ágil. (Secretária de educação em exercício, entrevista em 06/11/2009).

O Sarinfo acontece nas áreas de língua portuguesa e matemática, relatou o assessor principal.

Todo ano a gente faz o Sarinfo, uma avaliação externa informatizada com a 3ª série. É o quarto ano de Sarinfo. Nós elaboramos uma prova de Língua Portuguesa, uma produção de texto, oratória (porque aqui a gente tem oratória) e Matemática também, dez situações-problema. (Assessor principal, entrevista em 06/11/2009).

O Sarem não é aplicado junto às crianças com deficiência mental ou intelectual, por não terem condições. O aluno pode até fazer a prova, mas ela não é considerada na avaliação.

O aluno de inclusão nós não incluímos no Sarem. Por enquanto não, porque seria uma coisa enganosa, colocar o aluno ali para fazer aquilo que ele não tem condição. Eu acho que os alunos têm esse acompanhamento adequado. A gente não põe o aluno nessa situação, eu encaro que fazer isso seria uma discriminação maior. Se o aluno está na sala, ele pega a prova do Sarem, fica com ela e faz. Só que nós não consideramos isso para não prejudicá-lo e também para não comprometer a escola. Também não adiantaria você fazer em termos de rede uma prova específica para ele, a gente pode

fazer outro acompanhamento em relação a isso. Isso para os alunos com deficiência mental e deficiência intelectual. Os outros, se ele é deficiente auditivo e consegue fazer, vai fazer. Deficiente físico faz normalmente. (Assessor principal, entrevista em 06/11/2009).

O técnico da Secretaria contou que “um aluno que tinha deficiência auditiva foi o melhor aluno no Sarem. Ele tem uma deficiência severa, teve acompanhamento do núcleo” (entrevista em 06/11/2009).

Indagado se a rede faz uma ampliação da prova do Sarem para deficientes visuais, o assessor principal afirmou que “não houve nenhum caso ainda na 4ª série. Existem crianças com deficiência visual na rede, é feito todo um trabalho para método com a Universidade, com pessoas específicas, mas não chegou ao ponto de ter um desses na prova” (entrevista em 06/11/2009).

2.7 Porto Ferreira

O município de Porto Ferreira localiza-se no nordeste do estado de São Paulo, a 215 km da capital, a 50 Km de São Carlos e a 88 Km de Ribeirão Preto. Os acessos rodoviários principais são pela SP-300/Anhanguera e SP-215/Paulo Lauro.

O Perfil Municipal de Porto Ferreira para o ano 2000 indica população total de 47.437 habitantes, distribuídos da seguinte forma: 45.568 habitantes na área urbana e apenas 1.869 na área rural, sendo 23.797 o número de mulheres e 23.640, o de homens (Fonte: Ministério das Cidades). A densidade demográfica do município neste mesmo ano é de 193,1 hab/km² (Fonte: IBGE/Sidra).

De acordo com dados do DATASUS para o ano de 2009, a divisão etária deste município desenha uma pirâmide cuja concentração populacional está na faixa de 20 a 29 anos (9.123 hab.), demonstrando queda numérica mais drástica a partir dos 60 anos (3.147 hab.). A população de 5 a 9 anos é formada por 3.884 habitantes, e a de 10 a 14 por 3.855.

Quanto ao IDHM, o município cresceu de 0,748 em 1991 para 0,802 em 2000 – índice inferior ao do estado de São Paulo, cujo IDH é 0,820, e superior ao do

país (0,766) (IPEADATA). Na medição da Fundação Seade para o IPRS, Porto Ferreira faz parte do grupo de municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não exibem bons indicadores sociais.

Em Porto Ferreira, 96,1% da população vive na cidade, segundo dados do Ministério das Cidades para o ano de 2000. Os 13.221 domicílios particulares permanentes (IBGE, 2000) apresentam bons níveis de infraestrutura, com atendimento percentual de 96,4 para coleta de lixo; 95,2 para abastecimento de água; e 91,7 para esgoto sanitário. (DATASUS, 2000)

O registro do PIB per capita de Porto Ferreira para 2002 foi, segundo o IBGE, de 9.803,00 reais correntes, subindo para 13.329,96 reais correntes em 2006. O percentual de participação deste município no PIB do estado de São Paulo foi de 0,089771% em 2006. (SEADE).

2.7.1 Regulamentação e grau de institucionalidade da rede

O município de Porto Ferreira possui um sistema próprio de ensino. A Lei 2.437, de 23 de agosto de 2005, dispõe sobre “o Sistema Municipal de Ensino e estabelece normas gerais para a sua adequada implantação”. No entanto, ainda não possui uma Secretaria Municipal de Educação e sim, um Departamento de Educação, conforme nos informou a responsável pelo mesmo.

O município conta com um Conselho Municipal de Educação, criado pela Lei Nº 2033/97, de 25 de junho de 1997. Há ainda o Conselho do Fundeb e o Conselho da Merenda Escolar. De acordo com a diretora, o Departamento trabalha diretamente com eles:

A gente trabalha muito com os Conselhos, o Conselho do Fundeb, o Conselho Municipal de Educação... No orçamento inicial a gente já faz uma reunião dizendo quais são as nossas propostas [...] A gente tinha um Conselho que era mais consultivo do que participativo. Eu acho que isso foi uma conquista também. A gente tem um Conselho Municipal de Educação com reuniões mensais já determinadas no estatuto. Elas acontecem mesmo, na última quinta feira do mês. A gente

tem dificuldade ainda na participação, na frequência, porque às vezes a gente não consegue reunir todo mundo, mas a maioria das vezes a reunião tem frequência de praticamente todos os membros efetivos, porque temos os efetivos e os suplentes. O do Fundeb já é um Conselho fiscalizador, então também tem as reuniões, mas ele já é mais na questão da fiscalização. Mas sempre que possível, eu procuro unir no cronograma para que eles estejam juntos. Hoje [29/10/2009], por exemplo, a gente vai ter os dois juntos aí, por quê? A gente tem convênios para falar sobre 2010, algumas obras para serem licitadas. A gente precisa conversar com eles, no sentido de apresentar essas propostas, mesmo porque, no início de cada ano, os Conselhos têm dado autonomia para o Departamento, no sentido de não precisar ficar toda hora perguntando se você pode comprar a borracha, o lápis, a caneta, desde que sejam ações coerentes que se justifiquem. (Diretora do Departamento de Educação, entrevista em 29 de outubro de 2010)

De acordo com a Lei que criou o Conselho Municipal de Educação, em seu Artigo 2º, o mesmo é composto por onze membros titulares e dez suplentes, com a seguinte representação:

- I – 1 (um) representante do Poder Executivo;
- II – 1(um) representante do Poder Legislativo;
- III – 1 (um) representante do Departamento Municipal de Educação;
- IV – 1 (um) representante da Delegacia de Ensino da Secretaria de Estado da Educação;
- V – 1 (um) representante das Mantenedoras das Escolas Particulares de Educação Básica do Município;
- VI – 1 (um) representante dos professores e especialistas da Rede Estadual de Ensino;
- VII – 1 (um) representante dos professores e especialistas da Rede Municipal de Ensino;
- VIII – 1(um) representante dos funcionários administrativos da Rede Municipal de Educação;
- IX – 1 (um) representante das Associações de Pais e Mestres das escolas municipais;
- X – 1 (um) representante de Grêmios ou Associações de representação Estudantil do Ensino Fundamental e Médio;
- XI – 1 (um) representante dos segmentos atuantes da Sociedade local indicado pelos demais membros deste Conselho. (Porto Ferreira, N°2033/97, 25 de Junho de 1997, Conselho Municipal de Educação)

O artigo 4º da mesma lei estabelece as competências do Conselho Municipal de Educação. Neste artigo destacam-se a existência de uma certa dependência em relação ao Conselho Estadual de Educação (II) e a referência aos Sistema Municipal de Ensino (XI), que só foi instituído em 2005.

Artigo 4º- O Conselho Municipal de Educação terá as seguintes competências:

I – fiscalizar e acompanhar a execução dos planos educacionais no Município;

II – solicitar, ao Conselho Estadual de Educação, delegação de competências;

III – encaminhar representações aos órgãos governamentais e não governamentais do município, estado e união nas questões concernentes à educação e ao ensino;

IV – manter intercâmbio no município, com outros municípios, com os governos estaduais, com o governo federal, com entidades estrangeiras, visando o aprimoramento do ensino;

V – propor ao chefe do Executivo o estabelecimento de convênios;

VI – trabalhar em cooperação com outros órgãos da administração pública e da sociedade civil visando o aprimoramento do ensino;

VII – acolher, dar seguimento e acompanhamento das representações que venha a receber;

VIII – propor modificações nas estruturas dos órgãos ligados à educação em âmbitos federal, estadual e municipal;

IX – convocar e organizar anualmente a Conferência Municipal de Educação;

X – identificar os problemas gerados pela demanda da Educação no Município;

XI – criar mecanismos facilitadores da participação da Comunidade, no encaminhamento de sugestões em assuntos relacionados às escolas integrantes do Sistema Municipal de Ensino. (Porto Ferreira, N°2033/97, 25 de Junho de 1997, Conselho Municipal de Educação)

O Plano Municipal de Educação de Porto Ferreira, foi aprovado pela Lei nº 2.366 de 02 de dezembro de 2003. A perspectiva do Plano era abranger todos os níveis de ensino, das creches à educação superior, e estabelecer metas específicas para cada um deles. Para o ensino fundamental, especificamente, encontram-se entre as seguintes metas:

Universalizar o Ensino Fundamental no final da 4ª série e / ou ciclo II, assegurando que o aluno esteja de fato alfabetizado, conseguindo ler, escrever e interpretar textos; Reduzir em 80% (oitenta por cento) a taxa de repetência existente em cada Unidade Escolar, no prazo de cinco anos, oferecendo programas de aceleração da aprendizagem e recuperação paralela ao longo do ano, garantindo a aprendizagem com sucesso; [...] Realizar censos escolares municipais a cada dois anos que permitam levantar a situação real de crianças fora da escola; Assegurar que todas as Unidades Escolares municipais formulem seus projetos pedagógicos a cada três anos, através de seus Planos de Gestão; [...] Viabilizar um Grupo de Apoio – orientador educacional, psicólogo, psicopedagogo, fonoaudiólogo, entre outros, para atendimento pedagógico e administrativo vinculado ao Departamento Municipal de Educação com propósito de assegurar serviços de supervisão, controle e avaliação buscando a melhoria de qualidade pedagógica e administrativa das instituições. [...] (Porto Ferreira, N°2033/97, 25 de Junho de 1997, Conselho Municipal de Educação)

2.7.2 Acompanhamento e avaliação da aprendizagem

Os dados das avaliações externas (Prova Brasil, Provinha Brasil, Saesp e Avaliação do município organizada pelo IAS) são utilizados pelo Departamento de Educação do município de Porto Ferreira para detectar os problemas de aprendizagem enfrentados nas escolas da rede municipal de educação. De acordo com a equipe técnica do Departamento, a partir dos dados coletados é possível ver como está a educação no município e planejar ações. Para a técnica, o resultado das avaliações reflete o trabalho que está sendo realizado na rede:

A gente tem o hábito de coletar esses dados e ver como anda a educação do município. [...] é nítido observar escolas com sérios problemas de aprendizagem. [...] Porque na realidade, a gente observa que o índice baixo da escola não é só o problema da criança e do professor, é um conjunto. É o meio ambiente, é o gestor, é uma série de problemas. Então é onde o Departamento fica mais atento a essa escola, procura verificar o que está acontecendo. A dona Cecília tem o hábito de chamar muito esse diretor e querer ver porque não está

dando certo. A gente observa o crescimento, porque como eu estou aqui há quatro anos, passei por duas avaliações, então a gente está vendo crescer. Por exemplo, matemática que é da minha área, assim, eu fico feliz em observar que todas as escolas cresceram um pouquinho. [...] Numa HTP, por exemplo, a professora não está dando conta do conteúdo de matemática, eu vou e pego uma estagiária, dou o material pra ela trabalhar, explico para ela e ela tenta repassar pra sala. A gente tenta fazer algumas coisas... Cobrir alguns buracos, [...] A partir do momento que eu observo que eu tirei nota 3 no primeiro momento e no segundo já foi pra 4 ou 5, [...] o diretor observa que é o caminho correto e a partir daí, é dar continuidade. Mas esse ano é que a gente vai ter o segundo ano [do Ensino Fundamental sendo avaliado]. Parece que é o que a gente vai observar. Nós vamos receber a nota do Ideb e aí a gente vai saber como a escola funcionou do outro ano pra cá. Da Prova Brasil, nós somos avaliados, fomos reavaliados, a gente observou que todas as escolas, com a graça de Deus, cresceram; todas. (Técnica do Departamento de Educação)

Acrescenta que o resultado das avaliações, também, reflete o desempenho dos professores e afirma que este pode ser um motivo da variação de desempenho entre as escolas e entre os períodos avaliados:

[...] mas a gente observa também, que [o resultado] está em função dos professores. Este ano, já acho que vai cair. Esta sala [da escola Sud Menucci] vinha sendo trabalhada com dois professores de porte, vamos dizer assim, um pouco rígidos, atuantes, professores que realmente vestiam a camisa, sabem? E esse ano eu fui aplicar a provinha do Ayrton Senna e já observei que o professor não é o mesmo, mudou a professora, a professora reclama muito das crianças, sabem? Eu fico preocupada quando o professor reclama muito da sala, então de repente, esta faltando alguma coisa, né? Eu estou com medo, um pouquinho do Sud. Mas o Sud apresentou um bom resultado por conta da qualidade desses dois professores. A escola Mário Doreles, [...] o ano retrasado, ela teve uma queda. A primeira vez que ela foi avaliada, ela recebeu a nota acho que 5,9 ou 6,0 e ela caiu pra 5,3. A gente ficou muito preocupada com isso, mas houve uma série de fatores que demonstrou a queda dos professores. Nós tivemos um ano da avaliação da Prova Brasil com um número muito alto de faltas de professores. Nós estávamos sem professores [...] efetivos dentro de sala. Não efetivo, efetivo, mas professor que trabalhasse o ano todo. Os professores faltaram demais, muita substituição, muito professor eventual. (Técnica do Departamento de Educação, entrevista em 29/10/2010)

A entrevistada conta que é responsável por organizar os dados resultantes das avaliações e levar esses dados para serem discutidos com os professores:

Mas os gráficos a gente tem o hábito de levar, por exemplo, Prova Brasil, Saesp, além de eu fazer toda a montagem, eu pego o professor, procuro ir na escola, mostrar os resultados, porque os resultados da Prova Brasil são fantásticos, eles vêm, dá até para identificar o aluno. (Técnica do Departamento de Educação, entrevista em 29/10/2010)

Ao afirmar que há a possibilidade de identificação inclusive dos alunos, a técnica informou que se referia à Prova Brasil e explicou que pelo fato das unidades escolares serem pequenas, ao discutirem os níveis de aprendizado apresentados pelo material de suporte da Prova Brasil, os diretores e professores conseguem identificar quais alunos se encaixam em cada nível:

Tem uma série de coisas que dá para mostrar para o professor, porque na Prova Brasil vem tudo numérico, né?, dados bem numéricos. Então, dá pra ver um monte de coisas. [Os dados] são por escola. A gente identifica por quantidade, como as escolas são pequenas, até na hora que você está conversando com o professor e o diretor, eles já vão falando os nomes. O professor já consegue, porque eu falo assim pra eles: 'olha, gente, tem 10% de alunos que estão nesse nível aqui, o aluno não sabe fazer tal coisa'. Aí eles falam: 'fulano não fez isso realmente'; então, 'olha, gente, vocês mandaram para a escola tantos alunos assim, tantos alunos nessa fase. Olha, tem quatro alunos que vocês mandaram tinindo para a outra escola, para o professor que vai pra rede estadual, pra quinta série'. Então, são muito interessantes os dados, esses dados são analisados junto com o diretor. (Técnica do Departamento de Educação, entrevista em 29/10/2010)

Ainda segundo a técnica do Departamento, os diretores são responsáveis por discutir com os professores possíveis ações que podem ser desenvolvidas na escola para melhorar os resultados das avaliações.

Sobre as ações desenvolvidas pelo Departamento para melhorar a aprendizagem dos alunos, a entrevistada cita o programa Casa do Educador – que auxilia os professores a trabalharem com crianças com dificuldade de

aprendizagem –, os programas de formação de professores e os programas desenvolvidos pelo Instituto Ayrton Senna, dentre eles o Acelera Brasil.

2.8 São José dos Campos

O município de São José dos Campos está localizado no Vale do Paraíba, a 90 km de São Paulo e a 330 km do Rio de Janeiro. As principais rodovias do entorno são a rodovia Presidente Dutra (BR – 116), a Carvalho Pinto (SP – 70) e a D. Pedro I.

O Perfil Municipal de São José dos Campos, no ano 2000, indica população total de 539.313 habitantes, distribuídos da seguinte forma: 532.717 habitantes na área urbana e apenas 6.596 na área rural, sendo 272.844 o número de mulheres e 266.469, o de homens (Fonte: Ministério das Cidades). A densidade demográfica do município neste mesmo ano é de 488,9 hab/km² (Fonte: Ministério das Cidades).

De acordo com dados do DATASUS, no ano de 2009, a divisão etária deste município desenha uma pirâmide cuja concentração populacional está na faixa de 20 a 29 anos (114.142 hab.), demonstrando queda numérica mais drástica a partir dos 60 anos (65.690 hab.). A população de 5 a 9 anos é formada por 49.586 habitantes, e a de 10 a 14 por 47.535.

Quanto ao IDHM, o município cresceu de 0,805 em 1991 para 0,849 em 2000 – índice superior ao do estado de São Paulo, cujo IDH é 0,820, e ao do país (0,766) (IPEADATA). Na medição da Fundação Seade para o IPRS, São José dos Campos faz parte do grupo de municípios com nível elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais.

Em São José dos Campos, 98,8% da população vivem na cidade, segundo dados do Ministério das Cidades para o ano de 2000. Os 144.482 domicílios particulares permanentes (IBGE, 2000) apresentam bons níveis de infraestrutura, com atendimento percentual de 98,9 para coleta de lixo; 94,8 para abastecimento de água; e 88,5 para esgoto sanitário. (DATASUS, 2000)

O registro do PIB per capita de São José dos Campos para 2002 foi, segundo o IBGE, de 23.982 reais correntes. O percentual de participação deste município no PIB do estado de São Paulo foi de 1,935094% em 2006. (SEADE).

2.8.1 Regulamentação e grau de institucionalidade da rede

São José dos Campos possui um Sistema Municipal de Ensino, instituído formalmente pela Lei 6.103/02, cujo Art. 3º dispõe sobre seus objetivos:

I – oferecer educação infantil, em creches e pré-escolas, às crianças de zero a seis anos de idade, e ensino fundamental, este último, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II – oferecer atendimento educacional especializado gratuito ao educando com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;

III – oferecer educação escolar para jovens e adultos, com características e nas modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades;

IV – atender ao educando, na educação infantil e no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático e pedagógico, transporte, alimentação e assistência à saúde;

V – garantir padrões mínimos de qualidade de ensino definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem;

VI – manter programas de formação continuada dos docentes e de outros profissionais integrantes da rede municipal de ensino;

VII – garantir a participação de docentes, pais e demais segmentos ligados às questões da educação municipal na formulação de políticas e diretrizes para a educação no município;

VIII – implantar e manter um sistema de informações educacionais atualizado, de forma a subsidiar o processo decisório e o acompanhamento e avaliação do desempenho do Sistema Municipal de Ensino;

IX – elaborar o Plano Municipal de Educação, de duração plurianual, visando à articulação e desenvolvimento do ensino em seus diferentes níveis e à integração das ações do Poder Público Municipal, garantida a participação dos segmentos envolvidos. (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2002.)

De acordo com o Art. 8º da mesma lei:

O Sistema Municipal de Ensino assegurará às unidades escolares públicas de educação básica de sua rede, progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais do direito financeiro público e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2002.)

A Lei 6.103/02 estabelece ainda, em seu Artigo 10º, as competências da Secretaria Municipal de Educação. São elas:

- I – elaborar e executar o Plano Municipal de Educação, de conformidade com as normas legais e as diretrizes do Conselho Municipal de Educação;
- II – estabelecer formas de acompanhamento, supervisão e avaliação do processo educacional, buscando a melhoria da qualidade de ensino;
- III – promover ações de capacitação do quadro técnico-pedagógico;
- IV – apoiar e orientar as unidades escolares no desenvolvimento de suas atividades;
- V – desenvolver estudos e pesquisas visando ao aperfeiçoamento do ensino, em especial quanto aos aspectos curriculares, à supervisão e orientação pedagógica, aos recursos didáticos e aos materiais pedagógicos, nos termos da legislação vigente;
- VI – estabelecer diretrizes e normas organizacionais referentes ao Calendário Escolar, aos sistemas de matrícula e de avaliação escolar, ao processo de atribuição de aulas e ao plano de carreira do magistério;
- VII – planejar a execução das ações relacionadas à aquisição, distribuição, manutenção e uso de equipamentos, mobiliário, material pedagógico e material de consumo das unidades escolares;
- VIII – prestar serviços de administração orçamentária e financeira, de suprimentos, controle patrimonial, transporte, zeladoria e almoxarifado;
- IX – definir a metodologia a ser aplicada no desenvolvimento do sistema de planejamento, orientando, coordenando e consolidando em nível global o diagnóstico de necessidades de expansão da rede física de escolas;
- X – coordenar a elaboração da proposta orçamentária da área de Ensino, indicando as áreas e projetos prioritários, em consonância com as diretrizes aprovadas pelo Conselho Municipal de Educação;
- XI – controlar os recursos financeiros provenientes de transferências estaduais e federais, acompanhando suas aplicações, receitas e a liberação de recursos conforme programação planejada. (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2002.)

O município conta com Conselho Municipal de Educação que, segundo o secretário de educação, “[...] faz a diferença. Funciona bem e é muito bom. Tem um bom relacionamento com a Secretaria” (entrevista em 16/08/09). Há também outros conselhos como o Conselho do Fundeb e o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), os quais a ex-secretária (gestão 2001/2008) caracterizou como “atuantes” (entrevista em 16/08/09).

O Conselho Municipal de Educação foi instituído pela Lei nº 5.393/99, cujo Artigo 2º apresenta as suas atribuições:

- I – fixar diretrizes para organização do Sistema Municipal de Educação;
- II – colaborar com o Poder Público Municipal na formulação da política e na elaboração do plano municipal de educação;
- III – zelar pelo cumprimento das disposições constitucionais, legais e normativas em matéria de educação;
- IV – exercer atribuições próprias do poder público local, conferidas em lei, em matéria educacional;
- V – exercer, por delegação, competências próprias do Poder Público Estadual em matéria educacional;
- VI – assistir e orientar os poderes públicos na condução dos assuntos educacionais do município;
- VII – aprovar convênios de ação interadministrativa que envolvam o Poder Público Municipal e as demais esferas do Poder Público ou do setor privado;
- VIII – propor normas para a aplicação de recursos públicos em educação no Município;
- IX – propor medidas ao Poder Público Municipal no que tange à efetiva assunção de suas responsabilidades em relação à educação infantil e ao ensino fundamental;
- X – propor critérios para o funcionamento dos serviços escolares de apoio ao educando, tais como merenda e transporte escolar;
- XI – pronunciar-se no tocante à instalação e funcionamento de estabelecimentos de ensino básico (infantil, fundamental e médio) e superior;
- XII – elaborar o seu Regimento Interno que será submetido à aprovação do Prefeito Municipal que o implementará por Decreto;
- XIII – coordenar e fiscalizar o sistema de ensino do Município. (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 1999.)

Segundo o Art. 4º desta mesma lei, a composição do Conselho Municipal de Educação é a seguinte: 3 representantes do Poder Executivo, 2 representantes da Rede de Ensino Municipal, 2 representantes de Pais de Alunos das Redes Públicas, 1 representante da Rede Estadual de Ensino e 1 representante da Rede Privada.

O município não tem um Plano Municipal de Educação aprovado em lei. Entretanto, o secretário de educação considera que essa seria apenas uma “formalização” e que, de fato, a maior parte desse plano já estaria sendo aplicada. O secretário ainda explica que um grupo foi instituído para iniciar a construção do Plano (entrevista em 16/08/09).

Com relação ao processo de municipalização da educação, a assessora principal afirma que este ocorreu de maneira singular em São José dos Campos, uma vez que o município optou pela construção de escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II e, desta forma, não foi preciso apropriar-se de prédios do Estado, com exceção de três escolas “uma menorzinha e duas maiores” (Assessora Principal, entrevista em 16/08/09).

2.8.2 Acompanhamento e avaliação da aprendizagem

São José dos Campos possui um sistema próprio de avaliação do desempenho dos alunos, denominado Sistema de Avaliação da Rede de Ensino Municipal (Sarem)¹, e participa da Prova Brasil, da Provinha Brasil e do Saesp.

O Sarem avalia todos os alunos das séries finais dos ciclos nas disciplinas de língua portuguesa e matemática para os alunos do ensino fundamental I e língua portuguesa, matemática e inglês, para os alunos do ensino fundamental II. As provas são elaboradas por uma comissão de professores de cada uma dessas áreas que recebe sugestões de questões de todos os professores da rede.

O aplicador, que muitas vezes é o professor da turma, é responsável por corrigir as provas e anotar em uma planilha os erros e acertos de cada aluno.

¹ No anexo B podemos visualizar os dados do Sarem por escola e seus resultados gerais.

Essas planilhas vão para a Secretaria que compila todos os dados. Dessa forma é possível ter uma visão do desempenho de toda a rede, por escola e por turma e até mesmo de cada aluno em cada uma das disciplinas avaliadas.

A Secretaria analisa os resultados obtidos e, com base nesses resultados, planeja ações que possam ajudar a melhorar o desempenho dos alunos. Como exemplo, o técnico de avaliação citou o uso dos resultados do Sarem para a elaboração de uma formação específica para os professores.

O técnico de avaliação é responsável pela parte quantitativa da avaliação: ele compila os dados e os envia para as escolas. A interpretação dos dados é realizada pelas escolas com ajuda da equipe de referência.

A Secretaria ainda elabora boletins com os resultados do Sarem que são divulgados em todas as escolas. Segundo a ex-secretária, houve uma tentativa de informatizar esses boletins, entretanto, esse procedimento não foi concluído por problemas na licitação.

De 2005 a 2008, o Sarem foi aplicado anualmente. Em 2009 não houve aplicação do Sarem, pois de acordo com o técnico de avaliação, os alunos teriam que realizar o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp). A partir de 2010 o Sarem deverá ser realizado a cada dois anos, nos anos em que não há aplicação do Saresp.

Os alunos com deficiência também participam do Sarem e realizam a mesma prova que os demais alunos, com algumas adaptações. Os estagiários que acompanham esses alunos os ajudam no dia da prova da mesma forma que acontece nos outros dias letivos; se o aluno necessita de ajuda para ler, o estagiário lerá a prova, se a dificuldade é grafar, então grafará, e assim por diante. Sobre a adaptação do Sarem para os alunos com deficiência, a técnica da Secretaria diz:

A gente tem conseguido para os deficientes visuais... Fazer as provas ampliadas. Já conseguimos fazer em braile. Nós temos uma escola, próxima daqui, a Otacílio, que lá teve esse atendimento, para esses alunos, aí nós conseguimos fazer a prova em braile. A nossa prova, porque a prova que vem de fora não tem. (Técnica da Secretaria, entrevista em 16/08/09)

O acompanhamento da aprendizagem dos alunos também é realizado pela Secretaria por meio da sistematização de dados enviados bimestralmente pelas escolas, com informações de como os alunos estão em cada disciplina². A partir desses dados, é possível verificar como cada turma está em determinada matéria e, assim, planejar ações específicas para sanar eventuais problemas. Por meio desses dados, a Secretaria ainda acompanha a evolução dos alunos da recuperação intensiva.

2.9 Valparaíso

Valparaíso está localizada no sudoeste do estado. A 550 Km da capital, o principal acesso se dá pela Rodovia Marechal Rondon (SP-300). O transporte pluvial da Hidrovia Tietê/Paraná, com a eclusa de Pereira Barreto, facilita o escoamento da produção da região para outras localidades.

O Perfil Municipal de Valparaíso para o ano 2000 indica uma população total de 18.574 habitantes, sendo 9.744 homens e 8.830 mulheres. Do total, 16.087 habitantes residem na área urbana e 2.487 na área rural (Fonte: Ministério das Cidades). A densidade demográfica do município neste mesmo ano era 21,63 hab/km² (Fonte: IBGE/Sidra).

De acordo com dados do DATASUS para o ano de 2009, a divisão etária deste município desenha uma pirâmide cuja concentração populacional está na faixa de 20 a 29 anos (3.929 habitantes), seguida pela de 30 a 39 anos (3.774 habitantes). A população de 5 a 9 anos é formada por 1.639 habitantes e a de 10 a 14 por 1.629.

Quanto ao IDHM, o município subiu de 0,74 em 1991 para 0,807 em 2000 ficando inferior ao do estado de São Paulo, cujo IDH é 0,820, porém superior ao do país (0,766) (IPEADATA). Na medição da Fundação Seade para o IPRS, Valparaíso faz parte do grupo 4, ou seja, municípios que apresentam baixo nível de riqueza com indicadores sociais intermediários.

² No anexo C podemos visualizar os dados bimestrais do acompanhamento da aprendizagem e a comparação entre as escolas.

Em Valparaíso, 86,6% da população vivem na cidade, segundo dados do Ministério das Cidades para o ano de 2000. Os 4.934 domicílios particulares permanentes (IBGE, 2000) apresentam bons níveis de infraestrutura. É possível perceber uma sensível melhora nos níveis de 1991 para 2000, dentre os quais o atendimento em esgoto sanitário se destaca pela ampliação de quase 27% na rede; de 82,9% em 1991 para 91,6% em 2000 na coleta de lixo; de 82,8% em 1991 para 90,3% em 2000 no abastecimento de água; e de 60,8% em 1991 para 86,9% em 2000 no atendimento em esgoto sanitário. (DATASUS, 2000)

O registro do PIB per capita de Valparaíso para 2002 foi, segundo o IBGE, de 10.519 reais correntes. De acordo com a Fundação Seade, em 2006, esse valor chegou a 11.562,24. O percentual de participação deste município no PIB do estado de São Paulo foi de 0,028915% em 2006. (SEADE).

2.9.1 Regulamentação e grau de institucionalidade da rede

A educação municipal em Valparaíso é organizada em sistema, conforme palavras do próprio Secretário: “[...] nós somos uma rede, nós somos um sistema”.

A assessora do secretário, que é professora efetiva da rede estadual e assumiu a direção de uma escola municipal quando a educação foi municipalizada, relata que isso aconteceu em 1998.

[...] trabalho na Educação desde 82, fui professora do estado, efetiva; trabalhei no estado até 98, quando municipalizou a educação fundamental aqui em Valparaíso. Fui convidada pela prefeita para estar na direção de uma das escolas municipalizadas. Depois fiz concurso, me efetivei.

2.9.2 Acompanhamento e avaliação da aprendizagem

A Secretaria Municipal de Educação de Valparaíso tem feito a sua própria avaliação externa das escolas, iniciada com essa gestão, em 2009 e é feita “principalmente nas fases iniciais do processo de alfabetização”, diz o secretário.

O funcionamento, segundo o secretário, é o seguinte:

Nós fizemos uma semestral, fizemos outra agora. Mas pro ano que vem vai ser bimestral. Pra gente tentar avaliar o processo, principalmente. Não no fim do ano, mas nas séries iniciais. Que agora com essa questão do fim ano, o 1o ano é uma pré-escola. Então, a partir do 2o e do 3o ano que a meta é todos os alunos alfabetizados com 8 anos. Agora, como nós vamos chegar lá: então, nós adotamos um sistema de recuperação bem forte e alguns reajustes dentro da própria escola. Às vezes nós temos lá 3 ou 4 professores de 1o ano ou de 2o ano, que é processo avaliatório, em que 1 dos professores é um especialista em alfabetização. Isso é uma questão até um pouco... é uma questão até nata... Tem pessoas que vêm com essa facilidade de alfabetizar. Outros já têm uma certa dificuldade. Então quando existem esses casos, a gente vai utilizando esse próprio professor, em alguns momentos os alunos saem da própria sala, vai com esse professor, depois retorna, e a gente vai fazendo um rearranjo interno além do... E os alunos bons desse professor são remanejados para outras salas... Algumas formas que a própria rede está achando pra se recuperar. Esse é um exemplo que eu estou colocando, mas tem outros.

A entrevistadora pergunta como essas provas são elaboradas. O secretário responde:

Na verdade, nós não temos uma oficina pedagógica. Nós temos alguns assessores que são especialistas também. Então, com a prática... Está aqui, uma coincidência. Isso aqui, olha... [mostra uma prova para a entrevistadora]. Vai um "desenhinho", ele tem que escrever o que é. Então ele tem que escrever. Se ele não escreve, dá para identificar qual a sílaba que ele denominou, entendeu?

Durante a entrevista com a assessora do secretário, a entrevistadora retoma a questão da avaliação externa elaborada pela Secretaria e pede para que ela fale um pouco mais sobre o procedimento.

A assessora explica, dando exemplo da escola na qual é diretora efetiva:

Então eu ligo na Secretaria e digo: "professor, pode aplicar?". Porque a gente aplica essa provinha todos os bimestres. E é muito legal você ver o progresso da criança. Aquela criança que não escreve nada... Então você entra – não foi o professor que aplicou, o pessoal da Secretaria foi e aplicou –, eles entraram, conversaram com as crianças, não falaram nada de provinha, de avaliação, de nada... Nós fizemos uma tarefa – "vamos ver quem consegue fazer" –, e aí a gente vai falando os nomes dos desenhos para que eles identifiquem. O secretário

quer que eu faça o ditado para eles escreverem; mas eu penso que, num primeiro momento, você deixa eles escreverem da maneira como eles entendem que é. E aí a gente aplica, isso a gente faz bimestralmente. Só que essa nós fizemos agora, vamos fazer de novo; no começo do ano não foi feito.

A assessora explica ainda que todas as provas são corrigidas, depois um gráfico é construído e esse resultado é encaminhado aos HTPC para análise e discussão com os professores.

Nas palavras dela:

No encerramento do 1º semestre nós montamos uma avaliação para todas as séries. E aí a gente levou nas escolas, trocamos os professores de sala, para que eles aplicassem. Me mandaram as provas, eu corrigi, fiz um relatório daquilo que elas precisavam trabalhar. Porque o aluno sabe ler, mas ele sabe ler quando ele interpreta o que ele lê. Se ele só lê e não interpreta o que ele lê, ele não está lendo. Então, nos reunimos com as assessoras pedagógicas, e aí nós conversamos em cima de cada avaliação. Numa HTPC, na primeira que teve depois dessa reunião, elas devolveram as provas, conversaram com as professoras, mostraram, e aí trabalhou-se em cima dessas provas. Depois o COC mandou um simulado, só para os 4os anos, foi corrigido aqui também, comigo. Porque professor tem muito de mãe, né? Então às vezes erra uma coisinha, quer dar uma ajudazinha, acaba acontecendo isso. E pra gente ter uma noção exata do que aconteceu, acabou de aplicar a prova, recolhemos as provas, trouxemos aqui e eu corrigi.

A assessora contou que outra iniciativa desenvolvida para acompanhar a aprendizagem das crianças é o “reforço”. Ele é feito no contraturno, com uma professora diferente, da seguinte forma:

Tem duas situações: nós temos alunos de zona rural, esse não pode ficar na cidade, deu o horário, o ônibus vai embora; então esses alunos são tirados da sala num determinado momento e são trabalhados em separado. Os demais não, a gente conversa com os pais, manda bilhetinho, autorização pro reforço, a escola oferece o almoço, eles almoçam na escola, eles ficam ali por 2 horas, a gente tem que dar um tempinho para eles darem uma descansada.

3 Síntese dos dados

3.1 Barrinha

Avaliação: avaliação externa própria desde 2006, mediante o Sistema de Avaliação Municipal da Educação de Barrinha (Sameb)

Quem participa da elaboração das avaliações: à exceção do ano em que a empresa contratada elaborou, em todos os outros, os professores mandam contribuições de questões para serem selecionadas e colocadas nas provas. A elaboração das questões é feita em cima dos conteúdos do 4º bimestre e do planejamento anual, constantes dos planos de ensino das escolas. "Pedimos 30 questões por escola, por ano e por disciplina."

Como é organizada a distribuição e a aplicação das avaliações: em 2008, foi contratada uma empresa para aplicar as provas e fazer o tratamento dos dados. Nos outros anos, os professores foram trocados de unidade no dia da prova e eles próprios aplicaram a avaliação.

Incentivos financeiros vinculados ao resultado das avaliações: sim. Leva-se em consideração o resultado na Prova Brasil, no Saresp e no Sameb. A avaliação do professor é feita por um questionário atrelado ao sistema de bonificação criado pelo município. Os critérios do mesmo são: desempenho discente nas avaliações, assiduidade do professor e relacionamento entre professor e aluno. Há um instrumento de avaliação - questionário – no qual as diretoras vão atribuindo pontos ao professor, que recebe o bônus equivalente ao seu total de pontos. O bônus também está condicionado à assiduidade. No 2º campo da pesquisa, as diretoras das escolas visitadas disseram que há, além do bônus, um 14º salário cujo critério é apenas a assiduidade.

Tratamento e uso dos resultados: São montados gráficos por escola, por sala e por ano. Tais resultados são estudados e analisados pelos professores nos HTPC, a partir de orientações dadas pela Secretaria. Os resultados são utilizados para compor a bonificação dos professores, para verificar o cumprimento de metas e para repensar as ações pedagógicas nas escolas.

3.2 Cajuru

Avaliação: avaliações diagnósticas organizadas pela Secretaria e pelas escolas e avaliações, com caráter também diagnóstico, elaboradas pelo Núcleo de Apoio à Municipalização de Ensino (Name).

Quem participa da elaboração das avaliações: de acordo com os entrevistados no município, há discussão entre a Secretaria e as Escolas para a realização das avaliações diagnósticas. O Name, quando avalia, discute com a gestão das escolas e com a Secretaria o que viram e como realizar encaminhamentos.

Como é organizada a distribuição e a aplicação das avaliações: das escolas, com os próprios professores; da secretaria, com os técnicos da secretaria; do Name, com os profissionais do Name.

Incentivos financeiros vinculados ao resultado das avaliações:

Tratamento e uso dos resultados: sim. Como todas as avaliações são de caráter diagnóstico, inclusive a do Name, todos os entrevistados afirmaram utilizar os resultados para repensar as ações pedagógicas.

3.3 Catanduva

Avaliação: Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar de Catanduva (Saremca) criado em 2008 e o Índice de Desenvolvimento da Educação de Catanduva (Idemca).

Quem participa da elaboração das avaliações: há uma Comissão de Acompanhamento da Avaliação em cada unidade escolar com professores, especialistas da educação e pais de alunos voluntários. Os professores participam enviando questões para serem utilizadas nas avaliações. A partir daí, o diretor do sindicato dos funcionários públicos municipais, responsável pela educação (que representou a voz discordante no desenho da metodologia da Pesquisa Ideb), dá continuidade à elaboração da avaliação, "para garantir a transparência do processo".

Como é organizada a distribuição e a aplicação das avaliações: não há esta informação.

Incentivos financeiros vinculados ao resultado das avaliações: os professores recebem incentivo financeiro por conta da assiduidade que é extensivo a todos os funcionários públicos. Os professores recebem também, desde 2009, incentivo por desempenho da escola segundo os resultados dos alunos no Saremca.

Tratamento e uso dos resultados: a Secretaria tabula os resultados e envia para cada escola. Os resultados são apresentados de diversas formas, como o desempenho geral da escola, por matéria e por classe. Os resultados são utilizados para replanejar as ações pedagógicas das escolas e para bonificação dos professores.

3.4 Indaiatuba

Avaliação: Avaliação Municipal de Desempenho do Aluno (Amda) criada em 2008.

Quem participa da elaboração das avaliações: o Setor de Avaliação da Secretaria, que cuida de todos os processos avaliativos e também das avaliações sistêmicas.

Como é organizada a distribuição e a aplicação das avaliações: a prova é aplicada três vezes ao ano: no início, no final do 1º semestre e no final do 2º semestre. Os coordenadores e diretores são treinados pela Secretaria para fazer o treinamento dos professores sobre como deve ser a aplicação das provas e como devem ser divididas as tarefas no dia da aplicação. "[...] já vai estar com todos os documentos pra passar isso pros professores. Como que vai ser? Quem vai ficar com o que? Como vai ser a aplicação? Todo o horário? Qual que acontece primeiro? Qual é depois? Como eu devo proceder nessa prova? O que eu posso dar de orientação pro aluno e o que eu não posso?" (Coordenadora Pedagógica da escola, entrevista em 17 de junho de 2009)

Incentivos financeiros vinculados ao resultado das avaliações: sim. A Gratificação de Produção e Aperfeiçoamento Profissional (GPAP), cujos

critérios são assiduidade do professor, controle da repetência e evasão e desempenho nas avaliações sistêmicas, principalmente o da avaliação organizada pelo próprio município.

Tratamento e uso dos resultados: O tratamento dos dados é feito por escola, série, classe, aluno e disciplina. Os relatórios são enviados às escolas, que contam com o apoio pedagógico da Secretaria para interpretação dos dados. A escola recebe um relatório que apresenta e interpreta os resultados da avaliação; o professor também recebe um material com foco em sua disciplina ou sala de aula. Os resultados desses processos são utilizados na capacitação dos professores - uso formativo nas HTPC -, para repensar e redirecionar as ações pedagógicas com foco na aprendizagem e para a composição do GPAP (bônus) dos profissionais da educação.

3.5 Lorena

Avaliação: Prove, desde 2008.

Quem participa da elaboração das avaliações: em 2008, o teste foi desenvolvido pela Oficina Pedagógica do município a fim de avaliar competências e habilidades dos alunos. Em 2009, a própria Oficina continuou elaboração.

Como é organizada a distribuição e a aplicação das avaliações: quando a prova foi elaborada, a equipe concluiu que seria melhor aplicá-la duas vezes ao ano (uma ao final de cada semestre), pois assim seria possível fazer um melhor monitoramento da rede. O assessor explica que as aplicações são feitas pelos próprios professores, porém em outras salas. “Na aplicação, o ideal seria que a gente conseguisse mandar o professor pra uma outra escola, não conseguimos, é mais complicado. Mas a troca do professor, isso não tem nem como ser diferente.”

Incentivos financeiros vinculados ao resultado das avaliações: não. O assessor da Secretaria de Educação afirmou, em 2009, que por enquanto, o

município não pretende introduzir na rede bônus salariais como incentivos por mérito. A razão principal seria a dificuldade em avaliar quem seria merecedor desse bônus, uma vez que resultados dependem de várias condições.

Tratamento e uso dos resultados: a própria Secretaria faz o tratamento dos dados com montagens de planilhas em excel. As informações são repassadas aos professores e esses discutem em que pontos os alunos apresentaram maiores dificuldades e como trabalhar com as crianças. Os produtos dessas informações e discussões é utilizado na elaboração de metas de aprendizagem pautadas nos resultados das três avaliações externas que ocorrem no município (Prova Brasil, Saesp e Prove). O assessor conta que, como Lorena participa de três avaliações externas, os gestores estão se pautando nesses resultados para direcionar as ações da Secretaria.

3.6 Marília

Avaliação: Sistema de Avaliação do rendimento escolar de Marília (Sarem) e o Sistema de Avaliação do Rendimento através da Informática e Desafio de Matemática (Sarinfo)

Quem participa da elaboração das avaliações: "Nós já fizemos de várias maneiras diferentes, já pusemos um banco de dados com questões que os próprios coordenadores pedagógicos das escolas nos encaminhavam. Desse banco de dados eram tiradas algumas questões de acordo com o que queríamos alcançar dentro de cada questão, uma tabela de referência. Já teve casos organizados pela própria equipe, já teve casos de chamar um grupo de coordenadores, então cada ano a gente faz de uma forma diferente. Nos últimos anos tem sido realmente elaborada pela equipe da Secretaria." (Secretária de educação, entrevista em 06/11/2009).

Como é organizada a distribuição e a aplicação das avaliações: é aplicada anualmente ao final do primeiro semestre letivo. "Na aplicação também há o envolvimento dos diretores, dos professores. Cada escola tem um coordenador

da Secretaria que acompanha o dia da aplicação" (assessor principal). Cada escola recebe um documento com orientações para aplicação da avaliação externa, que aborda os horários, as regras e as atribuições dos diferentes atores, como o coordenador da Secretaria de Educação, o diretor da escola, o professor coordenador, o auxiliar de direção e o professor aplicador. As provas são aplicadas pelos professores de 4ª série, que trocam de salas.

Incentivos financeiros vinculados ao resultado das avaliações: nem o Código de Administração do Município de Marília (lei complementar nº 11/1991) nem o Estatuto do Magistério Público Municipal de Marília (lei nº 3.200/1986) citam a existência de mecanismos de avaliação do desempenho dos profissionais da educação. O assunto também não foi pauta dos depoimentos dados pelas pessoas entrevistadas.

Tratamento e uso dos resultados: após mais ou menos um mês da aplicação das provas, a Secretaria dá um retorno dos resultados em planilhas, por escola, por classe, por turma e por aluno. Segundo esclarecimentos do assessor principal, não são feitas comparações entre as escolas com base no Sarem, ainda que sejam produzidas médias dos resultados por escola. O tratamento dos dados prevê um relatório elaborado para cada escola, incluindo um exame de cada questão, dizendo quantos alunos acertaram, quantos erraram e quais foram os erros. Esses dados são utilizados na capacitação e formação continuada dos professores e para repensar as ações pedagógicas das escolas e o trabalho em sala de aula.

3.7 Porto Ferreira

Avaliação: Instituto Ayrton Senna

Quem participa da elaboração das avaliações: Instituto Ayrton Senna

Como é organizada a distribuição e a aplicação das avaliações: Instituto Ayrton Senna

Incentivos financeiros vinculados ao resultado das avaliações: não há, mas estão pensando em implementar. Há bônus por assiduidade. A diretora de educação deu indícios de que pretende introduzir uma avaliação mais organizada dos docentes no plano de carreira, sob critérios que vão além da assiduidade e explicita: "A gente pretende, no plano de carreira, ver se a gente consegue valorizar mais aquele que tem a frequência, que tem uma boa avaliação perante os pais, perante a comunidade, em termos de rendimento mesmo." (Diretora do Departamento de Educação, entrevista em 29 de outubro de 2010).

Tratamento e uso dos resultados: são montados gráficos dos resultados pelo Departamento de Educação e discutidos com os professores. Esse material é utilizado pelo Departamento de Educação para detectar os problemas de aprendizagem enfrentados nas escolas da rede municipal de educação. De acordo com a equipe técnica do Departamento, a partir dos dados coletados é possível ver como está a educação no município e planejar ações. Os diretores são responsáveis por discutir com os professores possíveis ações que podem ser desenvolvidas na escola para melhorar os resultados das avaliações.

3.8 São José dos Campos

Avaliação: Sistema de Avaliação da Rede de Ensino Municipal (Sarem), de 2005 a 2008, o Sarem foi aplicado anualmente. Em 2009 não houve aplicação do Sarem, pois de acordo com o técnico de avaliação, os alunos teriam que realizar o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp). A partir de 2010 o Sarem deverá ser realizado a cada dois anos, nos anos em que não há aplicação do Saresp.

Quem participa da elaboração das avaliações: o Sarem avalia todos os alunos das séries finais dos ciclos nas disciplinas de Português e Matemática para os alunos do ensino fundamental I, e Português, Matemática e Inglês para os alunos do ensino fundamental II. As provas são elaboradas por uma

comissão de professores de cada uma dessas áreas que recebe sugestões de questões de todos os professores da rede.

Como é organizada a distribuição e a aplicação das avaliações: o aplicador, geralmente é o professor da turma. Ele também é responsável por corrigir as provas e anotar em uma planilha os erros e acertos de cada aluno.

Incentivos financeiros vinculados ao resultado das avaliações: não existem, no município, mecanismos de avaliação do desempenho dos profissionais da educação. Entretanto, o secretário afirma que o novo plano de carreira deverá contemplar essa questão.

Tratamento e uso dos resultados: as planilhas preenchidas pelos professores vão para a Secretaria, que compila os dados por escola e por turma, e até mesmo de cada aluno em cada uma das disciplinas avaliadas. O técnico de avaliação é responsável pela parte quantitativa da avaliação: ele compila os dados e os envia para as escolas. A interpretação dos dados é realizada pelas escolas com ajuda da equipe de referência. A Secretaria analisa os resultados obtidos e, com base nesses resultados, planeja ações que possam ajudar a melhorar o desempenho dos alunos. Como exemplo, o técnico de avaliação citou o uso dos resultados do Sarem para a elaboração de uma formação específica para os professores.

A Secretaria ainda elabora boletins com os resultados do Sarem que são divulgados em todas as escolas. Segundo a ex-secretária, houve uma tentativa de informatizar esses boletins, entretanto, esse procedimento não foi concluído por problemas na licitação.

3.9 Valparaíso

Avaliação: implementada em 2009, as avaliações são realizadas para as séries iniciais do ensino fundamental, com vistas ao acompanhamento da alfabetização.

Quem participa da elaboração das avaliações: os assessores da Secretaria de Educação.

Como é organizada a distribuição e a aplicação das avaliações: foi aplicada semestralmente em 2009. De acordo com o secretário entrevistado, pretendia-se, a partir de 2010, aplicar a prova bimestralmente.

Incentivos financeiros vinculados ao resultado das avaliações: não. Estão estudando a possibilidade de criar um bônus associado à frequência do profissional para desestimular as faltas [...]. Verificariam a possibilidade de obter recurso financeiro para criar repasse aos professores e, se tivesse um recurso maior, iriam “estabelecer critérios numa linha mais meritocrática” (Secretário).

Tratamento e uso dos resultados: a Assessora explicou que todas as provas são corrigidas, depois um gráfico é construído e esse resultado é encaminhado aos HTPC para análise e discussão com os professores. Esse material é utilizado para repensar as ações pedagógicas da escola.

4 Avaliações externas desenvolvidas em âmbito municipal

Nos municípios estudados, observou-se a valorização das políticas de acompanhamento e avaliação da aprendizagem. Os sujeitos dessa avaliação, quando considerada como processo e condição para se estabelecer e acompanhar metas qualitativas e quantitativas, acabam por julgar necessário desenvolver uma avaliação em âmbito municipal que dê conta de mensurar as proficiências dos alunos e, a partir daí, fornecer subsídios para o delineamento de políticas educacionais municipais. Pois se torna “fundamental o desvelamento dos princípios que norteiam as práticas avaliativas, procedendo à sua análise não apenas em uma dimensão técnica, mas, também, em uma dimensão política e ideológica” (SOUSA, 1997, p.131)

Então, a escolha por tornar o município responsável pela elaboração e aplicação de uma avaliação externa em larga escala como política de rede se

apresenta na fala dos gestores municipais como uma possibilidade de maior controle dos processos, coisa que julgam não ser possível quando esta é de responsabilidade do governo federal ou estadual. Secretários de educação e/ou núcleos de avaliação existentes nos municípios passam a acompanhar de perto os processos de elaboração dos testes, aplicação e avaliação, e utilização destes dados para implementação de novas políticas de rede. Isso se justifica, de acordo com Afonso (2005), pelas funções simbólicas de controle social e legitimação política dadas pela avaliação, que apesar de menos referidas, tem um maior interesse analítico quando se pensa na avaliação para além dos limites do espaço pedagógico.

Outro ponto de fundamental importância tanto para a política local, quanto para a própria aceitação e validação da avaliação externa é a participação de outros segmentos envolvidos no processo educativo nos desenvolvimento dos elementos acima descritos. Profissionais lotados nas Secretarias de Educação, gestores escolares, professores, pais e alunos são chamados a participar de todo o processo de avaliação, se apropriando do espaço e da discussão. Se apoiando no desenvolvimento do processo coletivo de ação-reflexão-ação, inserindo atores que tradicionalmente ocupam o papel de objeto e não sujeito da avaliação externa e, com isso, reconhecendo a importância deles como interlocutores da gestão educacional, sustentando transformações até mesmo nas relações de poder e subordinação existentes. Desta maneira diminui-se fortemente a resistência a aceitação dessas políticas de acompanhamento educacional e torna todos os agente corresponsáveis pela sua implementação.

O entendimento de processos microssociológicos dentro da rede é apontado como mais um elemento favorável ao desenvolvimento de políticas municipais de avaliação. Como define Mary Ângela Teixeira Brandalise, no texto intitulado *Avaliação institucional da escola: conceitos, contextos e práticas*, o nível microssociológico da avaliação ocorre no âmbito da sala de aula e refere-se à avaliação da aprendizagem, de responsabilidade do docente. Apresentam-se discursos que consideram que avaliações como Saesp e Prova ou Provinha Brasil não dão conta de apresentar resultados específicos por escola, matéria, turma e aluno, pois se encontram no nível macrossociológico da avaliação é

aquele desenvolvido em âmbito nacional, por organismos externos à escola, objetivando a verificação da qualidade do ensino e da educação no país. Desta maneira, o tratamento dado aos resultados das provas elaboradas no município conta com essa particularidade, além de um suposto entendimento da realidade local.

O último argumento encontrado é o de implantação de políticas de responsabilização (*accountability*³). O uso dos resultados para a bonificação de professores aparece em alguns casos, sempre atrelados à frequência destes e aos resultados dos alunos nas avaliações municipais.

5 Considerações finais

A cultura da avaliação é inerente ao âmbito escolar e ao trabalho docente, constituindo parte da cultura escolar já internalizada pelos alunos, famílias e demais segmentos envolvidos no processo. Porém, também faz parte do senso comum entender a avaliação como sinônimo de medida ou prova, tendo como função a classificação e deixando de lado a construção da ideia de avaliação como um elemento que integra os processos de ensino e aprendizagem. Assim, conforme apontado por Sordi e Ludke (2009, p. 315):

O discurso da avaliação perde potência quando os sujeitos da relação e em relação desconhecem a natureza multifacetada deste fenômeno e tendem a valorizar resultados obtidos em circunstâncias pontuais, desconsiderando os processos em que se ancoraram.

O movimento de valorização do se denomina avaliação externa, vem configurando-a hoje como a principal iniciativa adotada pelas políticas educacionais em busca de respostas para a melhoria da qualidade na educação, e tal particularidade, também, se apresenta firmada nos municípios da amostra.

³ **Accountability** é um termo da língua inglesa na área de economia, sem tradução exata para o português, que remete à obrigação de membros de um órgão administrativo ou representativo de prestar contas a instâncias controladoras ou a seus representados. O termo usado numa possível versão portuguesa é responsabilização.

Existem, também, como políticas de rede, um peso exagerado das avaliações externas sobre as propostas pedagógicas dos estados, municípios e escolas, assim como o escoramento para a responsabilização dos diversos atores implicados no processo educacional.

Observamos nos municípios pesquisados, dois movimentos explícitos. O primeiro, onde encontramos as avaliações como ponto de partida para se repensar as ações pedagógicas, seja em âmbito municipal ou da própria escola, e por outro lado temos a presença dos bônus para professores por mérito e com base nos resultados das avaliações produzidas pelos próprios municípios.

No primeiro caso, onde as avaliações são postas como materiais para se repensar as políticas e práticas pedagógicas, temos como foco as funções diagnóstica e formativa da avaliação educacional. Tais funções nos fazem retomar o fato de que testes ou provas não se configuram como a avaliação de fato, mas sim o instrumento de mensuração para que cheguemos a ela.

Entende-se que a qualidade na educação é um fenômeno complexo que possui determinações intraescolares (currículo, formação docente, gestão escolar, avaliação da aprendizagem, condições de trabalho, infraestrutura das escolas etc.) e extraescolares (condições de vida da população, capital econômico, cultural e social das famílias dos alunos, entorno social da escola, distribuição de renda, violência, entre outros) e, desta forma, apenas aumentar a proficiência dos estudantes nos exames não é o mesmo que elevar a qualidade da educação.

Então, nessa perspectiva de desenvolver a aprendizagem e as competências necessárias para a qualidade da educação, Dourado aponta que a “avaliação da aprendizagem ressalta a necessidade do vínculo entre as duas ações essenciais ao sucesso da escola: diagnóstico do processo e ajuste da aprendizagem”.

O processo avaliativo, desta maneira, precisa ser voltado para a melhoria da aprendizagem e redefinição de processos e assim, buscar uma avaliação

formativa, onde se considera que o aluno aprende ao longo do processo, que vai reestruturando o seu conhecimento por meio das atividades que executa. E com este propósito, os instrumentos de medição de aprendizagem permitem o aprimoramento das estatísticas educacionais e o aprofundamento do diagnóstico da situação da educação brasileira.

Para Sousa (1977, p.127) “é necessário romper com a falsa dicotomia entre ensino e avaliação. Os acertos, os erros, as dificuldades e dúvidas que o aluno apresenta são evidências significativas de como ele está interagindo com o conhecimento”.

Assim, devemos enxergar as informações provindas da avaliação como um diagnóstico do processo de ensino-aprendizagem, o que significa analisar e utilizar os resultados obtidos pelos alunos como evidências da trajetória escola individual e conjunta, apoiando nisso as decisões e reconfigurações do cronograma escolar.

No segundo caso, acabamos por enxergar políticas de responsabilização que podem, ao contrário do que se deseja, acabar favorecendo a lógica da meritocracia e culpabilização, dificultando a organização dos agentes escolares a partir de princípios democráticos. Frente a processos de responsabilização que se valem da distribuição de bônus, um conjunto de respostas de cunho utilitarista pode surgir em algumas escolas ou redes de ensino, para melhor se localizarem no ranking nacional decorrente da divulgação dos resultados obtidos. Para Freitas (2011, p. 17):

A meritocracia reúne os instrumentos para promoção de ranqueamento ou ordenamento de alunos, escolas ou profissionais da educação com a finalidade de definir recompensas para professores ou para a equipe da escola (salariais) ou punições (demissão ou perda de salário adicional). Fortemente ancorada em processos matemáticos e estatísticos de estimação, é principalmente usada como ferramenta para estimar metas a serem cumpridas pelas escolas e pelos profissionais. Os resultados dos processos de avaliação são assumidos como válidos para definir o pagamento por mérito, entendido este como a recompensa por um esforço que levou a conseguir que o aluno aprendesse, atingindo uma meta esperada ou indo além dela.

Esta proposta de responsabilização, parte do princípio de que é possível utilizar os resultados dos alunos para aferir o desempenho do professor e de outros profissionais da educação. Entretanto, sabemos que o aluno não está sujeito apenas à influência do professor.

Assim, na condição de direito assegurado pela Constituição Federal, a educação de qualidade para todos é um dever do Estado. Por isso, todos aqueles implicados na oferta educacional devem ser responsabilizados por sua qualidade. De certo, isso envolve a responsabilização dos educadores que atuam nas escolas, mas envolve também os profissionais que atuam nos demais órgãos das Secretarias Municipais e Estaduais e Ministério da Educação, os formuladores e gestores de políticas públicas, bem como os representantes eleitos.

Vale lembrar ainda ser importante examinar as consequências positivas da implementação de políticas de responsabilização participativa que requerem inclusive um cuidado com os processos de formação inicial e continuada dos profissionais da educação de modo a que assumam protagonismo na organização dos atores internos e externos da escola, em busca de sua melhoria.

O entendimento da avaliação como um processo amplo de subsídios para tomada de decisões no âmbito dos sistemas de ensino, é algo recente no Brasil, tendo pouco mais de uma década. Atualmente, neste movimento crescente onde quase todos os estados e muitos municípios contam com seu próprio sistema de avaliação, mais do que conteúdos, são analisados competências e habilidades, o próprio currículo, os hábitos de estudo dos alunos, as estratégias de ensino dos professores, o tipo de gestão dos diretores e os recursos a eles oferecidos para melhor realizar o seu trabalho.

A avaliação se faz então um processo e uma condição necessária para que se possam estabelecer e acompanhar metas qualitativas e quantitativas e verificar se estas últimas são atingidas. Com este olhar, a avaliação é capaz de fomentar nas escolas e nas redes uma interpelação sistemática sobre a qualidade de suas práticas e dos seus resultados, articular os contributos da

avaliação externa com a cultura e os dispositivos de auto-avaliação das escolas e reforçar a capacidade das escolas para desenvolverem a sua autonomia, regulando o funcionamento do sistema educativo.

Referências bibliográficas

- AÇÃO EDUCATIVA, UNICEF, PNUD, INEP-MEC (Coord.). **Indicadores da qualidade na educação**. São Paulo: Ação Educativa, 2004.
- ADAMS, Don. **Defining educational quality**. Arlington, VA: Institute for International Research, Jan. 1993. (Improving Educational Quality Project. Biennial Report).
- AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional: regulação e emancipação**: Por uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2005.
- ALBERNAZ, Ângela; FERREIRA, Francisco H. G.; FRANCO, Creso. **Qualidade e equidade na educação fundamental brasileira**. Rio de Janeiro: PUC-RIO / Departamento de Economia, maio 2002. (Texto para Discussão, n. 455).
- BEISIEGEL, Celso de Rui. Avaliação e qualidade do ensino. In: BICUDO, Maria Aparecida Viggiani; SILVA JUNIOR, Celestino Alves da (Org.). **Formação do educador: organização da escola e do trabalho pedagógico**, v. 3. São Paulo: Editora Unesp, 1999. p. 35-41.
- BRANDALISE, Mary. Ângela. Teixeira. **Avaliação Institucional da Escola: conceitos, contextos e práticas**. In: XXV Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação e II Congresso Ibero-Americanos de Política e Administração da Educação, 2011, São Paulo. Cadernos ANPAE n.11 - 2011 Políticas Públicas e gestão da Educação. Niterói - Rio de Janeiro : Anpae, 2011. v. 11.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Qualidade de ensino: velho tema, novo enfoque**. Brasília: MEC/Inep. 1994. 19 p.
- CHAPMAN, David; ADAMS, Don. **The quality of education: dimensions and strategies**. Hong Kong: Asian Development Bank : Comparative Education Research Centre / The University of Hong Kong, 2002. (Education in Developing Asia, v. 5).
- DANTAS, Lys Maria Vinhaes . **Desvios na implementação da política de avaliação da aprendizagem e sua associação com as condições de trabalho na escola**. Estudos em Avaliação Educacional, v. 18, p. 41-84, 2007.
- DOURADO, Maria Helena de Magalhães. **Avaliar a aprendizagem em larga escala: um grande desafio**. Bahia, 2010.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Pesquisa nacional qualidade na educação: problematização da qualidade em pesquisa de custo-aluno em escolas de educação básica**. Brasília: Inep, 2006.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **O desafio de uma educação de qualidade para todos: educação no Brasil – 1990-2000**. Brasília: Inep, 2004. 38 p.
- FERNANDES, Domingos. **Avaliação das Aprendizagens: desafios às Teorias, práticas e políticas**. Lisboa: Texto Editora, 2005.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Responsabilização, meritocracia e privatização: conseguiremos escapar ao neotecnicismo?** Caderno CEDES, 2011, P 1-35.

PARO, Vitor Henrique. **Qualidade de ensino: a contribuição dos pais.** São Paulo: Xamã, 2000.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino.** São Paulo: Ática, 2007. 120 p. (Educação em Ação).

SORDI, Mara Regina Lemes de; LUDKE, Menga. **Da avaliação da aprendizagem à avaliação institucional: aprendizagens necessárias.** Avaliação (UNICAMP), v. 14, p. 313-336, 2009.

SOUSA, SANDRA MARIA ZAKIA LIAN . **Avaliação escolar e democratização: o direito de errar.** In: Júlio Groppa Aquino. (ORG.). Erro e fracasso na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: summus, 1997, V. , P. 125-138.

UNESCO; OREALC. **Educação de qualidade para todos: um assunto de direitos humanos.** Brasília: Unesco ; Orealc, 2007. 138 p.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (Unicef). **Defining quality in education.** New York: Unicef, June 2000.